

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

HADASSA GOMES DOS SANTOS

VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA A JUVENTUDE NEGRA EM
PERNAMBUCO

RECIFE

2023

HADASSA GOMES DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA A JUVENTUDE NEGRA EM
PERNAMBUCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Assistente Social.

Orientadora: Dr^a Flávia da Silva Clemente

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Hadassa Gomes dos .

Violência policial contra a juventude negra em Pernambuco / Hadassa
Gomes dos Santos. - Recife, 2023.
70 p.

Orientador(a): Flávia da Silva Clemente

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2023.

1. Violência policial. 2. Juventude negra . 3. Racismo. I. Clemente, Flávia
da Silva. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

HADASSA GOMES DOS SANTOS

Aprovado em: 15/05/2023

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Flávia da Silva Clemente

(Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Vivian Matias dos Santos

(Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Um primeiro salário
Duas fardas policiais
Três no banco traseiro
Da cor dos quatro Racionais
Cinco vida interrompida
Moleques de ouro e bronze
Tiros e tiros e tiros
O menino levou 111
Ismália- Emicida

AGRADECIMENTOS

Chegar até este momento da graduação não foi nada fácil e por isso sinto que sou grata por muitas coisas e a muitas pessoas. Inicialmente gostaria de dizer que sou tomada por um sentimento de coletividade e compreendendo que minha existência é muitas outras, referencio a filosofia Ubuntu, sendo assim, "eu sou porque nós somos." E só cheguei até aqui graças ao apoio coletivo de pessoas muito queridas e importantes para mim.

Agradeço infinitamente à minha mãe, Aida, por acreditar em mim e no meu sonho, pelo esforço imensurável que ela empenhou todos esses anos para que eu pudesse chegar até aqui, por me incentivar e ensinar o valor do estudo, e por estar ao meu lado, me apoiando da melhor forma possível. Sem ela eu não teria condições de chegar até aqui. Você é a minha maior inspiração, Te amo, mãe!

Agradeço à vovó Cici, pelo cuidado, carinho e por ter feito parte de momentos no qual eu guardo carinhosamente na memória e no coração.

Agradeço à minha irmã, Ana Vitória, minha grande companheira, por fazer todo esse percurso muito mais leve, pelo apoio e por ter me acolhido inúmeras vezes quando desabei por não achar que conseguiria concluir a graduação.

Agradeço ao meu pai, Cláudio, que de sua maneira, também contribuiu para que esse sonho fosse possível.

Agradeço imensamente à tio Saulo pelo apoio, incentivo e por acreditar no meu potencial.

Agradeço imensamente à querida professora Flávia Clemente, a qual admiro muitíssimo pelo seu trabalho. Muito obrigado pelo acolhimento, orientações e por tornar esse momento tão importante e delicado muito mais leve.

Por fim, tenho muito a agradecer, mas em geral, sou grata de coração a todas as pessoas que cruzaram meu caminho até aqui e fizeram esse sonho possível.

RESUMO

Esta monografia aborda a violência policial exercida contra a juventude negra em Pernambuco entre os anos de 2020-2021. Tendo em vista o crescente número de mortes no estado, buscou-se responder de forma crítica os motivos da violência policial atingir a população negra, e mais especificamente jovens negros. A relevância desse tema é estabelecida tendo em vista que infelizmente a violência policial é uma realidade latente na vida de inúmeros jovens negros, tanto no estado de Pernambuco, quanto no Brasil. Infelizmente essa população tem seus corpos historicamente estigmatizados devido ao racismo que interfere fortemente nas relações sociais. Nesse sentido, o estudo possui como objetivos compreender historicamente o fenômeno das relações raciais no Brasil e suas consequências para o povo negro, com foco na análise da violência racial exercida pela polícia Militar contra a juventude negra em Pernambuco. O embasamento teórico utilizado na construção desse trabalho é ancorado na teoria social crítica. Possui caráter qualitativo e utiliza a pesquisa documental, além da revisão de literatura. Para mais, foi utilizado o levantamento bibliográfico dos autores que trabalham a temática sobre raça, racismo, juventude negra e violência policial. Através da revisão literária buscou-se evidenciar como o racismo é fundamental no processo de tornar corpos negros em vítimas majoritárias da violência policial. A pesquisa documental também colaborou para a análise dos dados sobre a violência que atinge essa população, neste aspecto, foi possível identificar o aumento substancial da truculência policial a partir do ano de 2020 em Pernambuco, uma vez que dados da Rede de Observatórios apontou que das 113 pessoas mortas pela polícia em Pernambuco, 109 eram negras e em suma, jovens entre 14 a 29 anos, homens, negros e periféricos. Por fim, refletimos sobre as estratégias de resistência e a importância dos movimentos negros frente a violência policial que acomete os jovens negros.

Palavras-chave: Violência policial; Juventude negra; Racismo.

ABSTRACT

This monograph addresses police violence against black youth in Pernambuco between the years 2020-2021. In view of the growing number of deaths in the state, we sought to respond critically to the reasons for police violence affecting the black population, and more specifically young black people. The symbol of this theme is established bearing in mind that unfortunately police violence is a latent reality in the lives of many young black men, both in the state of Pernambuco and in Brazil. Unfortunately, this population has historically stigmatized their bodies due to racism, which strongly interferes with social relations. In this sense, the study is able to historically understand the phenomenon of race relations in Brazil and its consequences for black people, focusing on the analysis of racial violence committed by the military police against black youth in Pernambuco. The theoretical foundation used in the construction of this work is anchored in critical social theory. It has a qualitative character and uses documentary research, in addition to a literature review. Furthermore, a bibliographic survey of authors working on the theme of race, racism, black youth and police violence was used. Through the literary review, we sought to highlight how racism is fundamental in the process of turning black bodies into major victims of police violence. The documentary research also contributed to the analysis of data on the violence that affects this population, in this regard, it was possible to identify a substantial increase in police truculence from the year 2020 in Pernambuco, since the data from the Observatories Network reached that of the 113 people killed by the police in Pernambuco, 109 were black and, in short, young people between 14 and 29 years old, men, black and peripheral. Finally, we reflect on resistance strategies and the importance of black movements in the face of police violence that affects young black people.

Keywords: Police violence; Black youth; Racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESEC- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GAJOP- Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEV- Laboratório de Estudos da Violência

MNU- Movimento Negro Unificado

NUPEC- Núcleo de Pesquisas Sobre Crianças, adolescentes e Jovens

NEV/USP- Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

PMPE- Polícia Militar de Pernambuco

PPV- Programa Pacto pela Vida

PL - Projeto de lei

REP- Rede de Estudos Periféricos

SDS- Secretaria de Defesa Social

STF- Superior Tribunal Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A QUESTÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO RACISMO NO BRASIL	15
2.1 Colonialismo, raça e racismo no Brasil	15
2.2 O mito da democracia racial e genocídio da população negra	22
3. O FENÔMENO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NOS E NAS NEGROS E NEGRAS	31
3.1 Racismo, biopoder e necropolítica	31
3.2 pacto narcísico da branquitude e exclusão do jovem negro nos dias atuais	40
4. A VIOLÊNCIA RACIAL EXERCIDA PELA POLÍCIA MILITAR CONTRA A JUVENTUDE NEGRA EM PERNAMBUCO	46
4.1 A violência policial	47
4.2 O processo de genocídio da juventude negra em Pernambuco, o que os dados apontam?	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS:	66

1. INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa é derivada do aumento da truculência policial que atinge os jovens negros no estado de Pernambuco, entre os anos de 2020-2021. Ao pensar sobre a violência policial que assola os jovens negros é imprescindível refletir sobre o racismo que incide historicamente sobre esses corpos. Isso em virtude da violência que se estabelece contra essa população ser histórica e reveladora do racismo institucional que rege as entidades neste país, e que se apresenta de forma potencializada no estado de Pernambuco.

Pernambuco possui raízes escravocratas perpetuadas ao longo dos séculos, mas também espelha uma política de segurança pública que tem demonstrado falhas em garantir a segurança das pessoas negras, mas eficaz em liquidar seus corpos. Assim, a violência policial tem majoritariamente atingido apenas um alvo, a pele negra.

O racismo mais que declarado ao longo de séculos neste país não deixa escapar, que a marginalização do negro é resultado de um sistema que possui herança colonial: “o inteiro complexo da sociedade brasileira estruturada pelos interesses racistas e capitalistas do colonialismo, até hoje vigentes, os quais vêm mantendo a raça negra em séculos de martírio e inexorável destruição.” (NASCIMENTO, 2016, p.170). Além disso, é pregada a superioridade de uma raça sobre a outra, com o racismo se configurando, sobretudo como uma ideologia que visa a desumanização dos corpos negros e indígenas racializados. É um sistema perverso pois, naturaliza as inúmeras desigualdades. Na história do Brasil, acrescento um agravante, a falácia da existência de uma suposta democracia racial, ou seja, culturalmente acredita-se que as diversas raças convivem de forma harmônica no país. Assim, como bem abordado por Abdias Nascimento na obra “o genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado” (2016), é demonstrado que a democracia racial é uma sofisticada ideologia racista brasileira que define o genocídio do negro.

A violência policial no Brasil, é apenas uma das múltiplas violências que atinge a população negra no país. A situação de vulnerabilidade socioeconômica imposta sistematicamente aos negros no Brasil é um projeto político há séculos. Sendo assim, antes de ser atingido pela bala de um policial, os negros já sobrevivem numa vida de extrema pobreza por descaso estatal. Assim, nas estimativas, a população negra, segue com os maiores índices de desemprego, fome, baixa escolaridade, mortalidade infantil, etc. Desta forma, percebe-se que a violência executada por agentes do Estado corresponde ao que Foucault (2000) denomina de direito de soberania, que por sua vez, delimita o direito de fazer viver e deixar

morrer, de acordo com as reflexões de Achille Mbembe em necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Sendo assim, o Estado brasileiro permite que milhares de brasileiros negros viviam em condições precárias e os deixam morrer nas mãos de agentes do estado.

Uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia reproduzir-se ao mesmo tempo, não alimentar-se e fosse também alimentado pelas estruturas estatais. É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada. (ALMEIDA, 2019, p. 54)

Outrossim, é essencial destacar o racismo estrutural que rege as relações e instituições no país, principalmente as polícias. De acordo com Silvio Almeida (2019), pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais.” (ALMEIDA, 2019, p. 41). Neste aspecto, fica evidente que o racismo não é apenas um processo relativo a atitudes individuais, mas é refletido também nas estruturas e nas instituições oprimindo e explorando negros e negras.

Por compreender o poder que as estruturas sociais, mas, principalmente as instituições policiais exercem sobre a população negra, que este trabalho se propõe a refletir sobre o aumento significativo da violência policial entre os anos de 2020 e 2021. Assim, como abordado ao longo do trabalho, não tem como excluir os fatores sócio-históricos que nos trouxeram até o presente momento, mas também é necessário examinar o cenário político entre esses períodos. Entre esses anos, a presidência da república foi exercida por Jair Bolsonaro, representante da extrema-direita fascista, tendo sido responsável pelo recrudescimento e avanço da militarização do país entre os anos de 2019-2022. Destarte, também foi um período fortemente simbolizado pelo desmonte dos direitos sociais conquistados pelo povo brasileiro. Um, dentre os inúmeros desmontes, se deu através do processo de desconstrução da segurança pública, tal como garantida na Constituição Federal de 1988. Como prova disso, nesse período houveram a criação de projetos de leis como a alteração do Código de Processo Penal, com a PL 4471/2012, conhecida como Autos de Resistência, visando dar mais legitimidade às repressões policiais. A tentativa de ampliação do art.23 do Código de Processo Penal que define o Excludente de Ilcitude, e por fim, não podemos esquecer da criação do pacote anticrime proposto pelo ex-juiz federal Sérgio Moro. Esses são apenas alguns exemplos de como um governo marcado pelo autoritarismo e pela militarização corroborou para o avanço do processo de genocídio da população negra. As propostas tinham o objetivo de isentar os policiais perante a lei de ações que assumidamente são um desrespeito aos direitos humanos.

Dados da rede de Observatórios de Segurança produzidos em 2020, apontam que das 113 pessoas mortas pela polícia em Pernambuco, 109 eram negras. De acordo com o dado elencado, é notório que as vítimas têm cor, idade e gênero. São em suma, jovens entre 14 a 29 anos, homens, negros e periféricos. Tendo em vista o quantitativo de vidas brutalmente interrompidas pelo Estado, fica explícito o racismo caracterizado nas intervenções policiais, uma vez que preponderantemente as ações de violência insistentemente visam destruir apenas a vida do sujeito negro.

Pelo histórico injusto de criminalizar apenas a população negra, que esse trabalho se propõe a refletir sobre a temática da violência que assola esse público. Por este motivo, houve a preocupação de se abordar uma leitura racial, crítica e comprometida com o fenômeno histórico que é o racismo, uma vez que tal fenômeno é o motivador do projeto de aniquilação do povo negro que vem se perpetuando ao longo dos séculos. Sendo assim, para guiar o debate sobre raça, racismo e seus desdobramentos, busquei referenciar prioritariamente autores e autoras negros que dedicaram suas produções para definir e problematizar o racismo, como Nascimento (2016), Césaire (1978), Mbembe (2018), Moura (2019), Bento (2022), Gonzalez (1984), Carneiro (2005), Almeida (2019), Fanon (2018), Kilomba (2019), Munanga (2003), pensadores recorrentes durante a escrita deste estudo e que são essenciais para o entendimento desta problemática.

Compreendendo os fatores históricos e sociais que permeiam a temática analisada, a construção teórico-metodológica utilizada para a elaboração da pesquisa ocorreu a partir da teoria social crítica marxista, uma vez que, de acordo com (TONET, 2012, p. 5) “o caminho da produção de uma teoria social radicalmente crítica, isto é, que, partindo dos fundamentos da vida social apreende a possibilidade de uma transformação também radical”. Ademais, sob a perspectiva histórica que envolve a realidade da violência policial contra jovens negros no Brasil, mais especificamente em Pernambuco, a teoria social crítica se faz necessária para entendimento, uma vez que, conforme (SANTOS, 2015, p. 104). “o processo histórico brasileiro pautado na escravidão, não só atingiu a cultura, a psicologia, a economia e a sociedade no seu contexto específico, mas marcou profundamente a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e cultural do Brasil pós-escravidão”.

Nesta perspectiva, a fim de compreender os aspectos que determinam a violência policial que atinge os jovens negros em Pernambuco, a presente pesquisa possui caráter qualitativo, pois, segundo (GODOY, 1995 p. 22), “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.”

Ademais, a pesquisa possui como procedimento o levantamento bibliográfico de obras que auxiliaram no entendimento da violência policial que atinge tanto a população negra, em geral, como também especificamente a juventude negra, sendo elas: “O corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro” de Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2006) e “Quando a polícia chega para matar, nós estamos praticamente mortos”: discursos sobre genocídio da população negra no cenário de Recife-PE.” de Joyce Amancio de Aquino Alves (2018) e “A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão” de Valdenice José Raimundo (2014).

Outrossim, sobre a pesquisa documental, foram analisados através de levantamentos dados disponibilizados inicialmente pelo GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, intitulado “Quando a morte veste farda”. Para mais, também será analisado o banco de dados da Rede de Observatórios de Segurança a partir dos levantamentos: “Racismo, motor da violência”, “A cor da violência policial: a bala não erra o alvo”, “ Infância interrompida: números da violência contra crianças e adolescentes”, “Raio x das ações de policiamento” e “Pele alvo: a cor da violência policial.”E por fim, os anuários elaborados Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “Anuário brasileiro de segurança pública 2020” e “Anuário brasileiro de segurança pública 2022”.

No primeiro capítulo foi abordado sobre a questão histórica e social do Brasil, onde foi suscitado os debates sobre colonialismo, raça e racismo e como estes marcadores foram substanciais para a criação de uma sociedade baseada na desigualdade racial que exclui os negros e negras socialmente. Ademais, também é trabalhado como a democracia racial foi uma teoria preponderante no processo de genocídio do negro brasileiro que possui raízes profundas até os dias atuais.

No segundo capítulo, é trabalhado como o fenômeno das relações raciais e suas consequências atingem a comunidade negra no Brasil, fazendo um paralelo entre racismo, racismo institucional, biopoder, necropolítica e como essas políticas cooperam para o processo de vida e morte da população negra. Por fim, buscamos refletir como o pacto de manutenção do poder e privilégios entre a branquitude, construiu ao longo dos séculos um lugar de exclusão para o negro no país. Buscou-se também compreender quem é a juventude negra e a violência cotidiana que assola estes indivíduos.

O terceiro e último capítulo trata sobre a violência racial, que é exercida pela polícia militar contra a juventude negra em Pernambuco. Nesta etapa da monografia foram analisados os dados da violência que atinge a juventude negra e, além disso, é abordado um breve histórico da Polícia Militar com a finalidade de compreender a formação da instituição e a

relação de poder que a mesma exerce na sociedade. Por último, foi apresentado como os movimentos negros trabalham na luta e criam mecanismos de resistência contra a violência policial que aflige a população negra no Brasil, na perspectiva de deixar evidente que apesar das opressões, as resistências também são históricas.

O estudo constata que há um processo de genocídio em curso que atinge a juventude negra no Brasil mas também no estado de Pernambuco. Os dados informam um afunilamento na perspectiva de vida desses jovens, uma vez que, os números de vidas interrompidas são cada vez mais alarmantes desde o ano de 2019, mas aumentaram de forma desproporcional em 2020. A polícia Militar executa a violência e exerce o poder sobre os corpos dos indivíduos negros e jovens a mando do Estado. Sendo assim, como um dos principais resultados desta pesquisa, observa-se que a juventude negra em Pernambuco é vítima de um processo de extermínio que vem se desdobrando desde a fundação deste país. Assim, o extermínio da juventude negra é resultado do racismo que rege as estruturas sociais desse país, assim, a juventude negra tem sido brutalmente assassinada pela PM simplesmente pela cor de sua pele.

2. A QUESTÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO RACISMO NO BRASIL

A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. (NASCIMENTO, p. 57, 2016)

Este capítulo objetiva abordar o estabelecimento do racismo historicamente no Brasil. Neste aspecto, é apresentado conceitos essenciais para a compreensão deste fenômeno como o colonialismo, raça e racismo além de fatores determinantes para a desigualdade das relações sociais no país, sendo a herança colonial determinante para o apagamento da população negra. Para além, é também trabalhado como a falácia da democracia racial corrobora para o aprofundamento das relações desiguais e criminalização do corpo negro, uma vez que, se propõe mascarar as problemáticas latentes do conflito racial existente desde a fundação do Brasil e que se perpetuam até os dias hodiernos.

2.1 Colonialismo, raça e racismo no Brasil

Compreender os processos que envolvem os conflitos raciais no Brasil, atualmente, requer tornar a gênese desta questão. Pois, como afirma Moura: “Não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as contradições, as limitações do seu ritmo de produção e finalmente a alienação total da pessoa humana- explorados e exploradores- é descartar ou escamotear o fundamental”. (MOURA, 1983, p.124).

A colonização, conforme (CÉSAIRE, 1978, p. 14) Não é evangelização, empresa filantrópica, nem tão pouco uma extensão de direito. Aimé Césaire na obra “Discurso sobre a colonialidade”, aponta que uma das maiores mazelas do sistema colonial é ser isento de humanismo, nem tão pouco civilidade. De tal maneira, para pensar a colonização, o sistema colonial e suas consequências, é preciso trazer à tona a dinâmica europeia de dominação e sua barbárie para com o povo colonizado. Outrossim, por compor um sistema econômico, político e administrativo, o colonialismo se utiliza da colonização para apropriação das terras, dos povos colonizados, das matérias-primas e etc. A invasão Europeia acarretou, principalmente para as terras latino-americanas o empobrecimento, a escassez de recursos, o genocídio dos

povos, além da escravidão. Na realidade brasileira, esses processos acontecem através da exploração do povo indígena e africano.

Na primeira fase (e, devemos considerar aqui, também, a contribuição demográfica e econômica do escravismo indígena tão importante no início da colonização) estrutura-se e toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista) a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. (MOURA, 1994, p. 15)

De acordo com (FANON, 1965, p. 21) “quando se compreende no seu aspecto imediato o contexto colonial, é evidente que o que divide o mundo, é sobretudo, o fato de se pertencer ou não a tal espécie, a tal raça.” Outrossim, como resultado acarretado das mazelas desse sistema, a visão reducionista dos colonizadores europeus ao estabelecer o sistema racial, Quijano (2005) destaca:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p. 117).

Nesta perspectiva, é estabelecida uma complexa relação de dominação europeia que passa a definir critérios de superioridade e inferioridade que vão interferir nos diversos aspectos sociais, resultando, sobretudo, no sistema escravista, onde, sobre tal questão, aponta (MOURA, 1983, p.124) “Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade.”

É inserido neste nefasto sistema conflituoso que possui como base a exploração, que surge a escravidão no Brasil. O negro africano chega forçadamente ao país na situação de escravizado, sobreviveram em condições inóspitas e sub-humanas, sobretudo na posição de propriedade do seu “senhor”, tolhido de liberdade e enxergado como mercadoria. O colonizador branco ao se considerar superior devido às suas origens e dono da racionalidade, se põe no lugar de poder, mas reserva aos negros por causa da sua cor a inferioridade, o lugar de subalternidade reservado ao trabalho braçal e a condição de escravidão.

Depois de longa travessia atlântica e do desemboque em algum ponto das grandes cidades do Brasil, ou em alguma praia deserta após a abolição, os africanos logo

percebiam que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e por entes que deixaram do outro lado do atlântico. (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 65)

Tendo posto isto, é preciso destacar que a “escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais.” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p.65). É um período da história do país que perdurou séculos e foi definitiva para que a formação social se estabelecesse de maneira desigual e estratificada que reflete na dinâmica social até os dias atuais. Ademais, sendo o Brasil um país situado na condição de dependência econômica, fica esclarecido que, a mão de obra africana utilizada por mais de trezentos e cinquenta anos, sem nenhuma remuneração, foi essencial para o enriquecimento da aristocracia branca.

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as funções da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. (NASCIMENTO, 2016, p. 59)

Neste turbulento contexto colonial no qual a exclusão racial é estabelecida, fica evidente a relação forçada de superioridade e inferioridade racial que irá afetar diretamente a vida dos escravizados africanos e seus descendentes, proporcionando uma sub-vida, permeada por violência, condições degradantes a vida humana. Condições essa que se fundamentaram enquanto lei para exclusão social, destinando ao povo negro a fome, a falta de trabalho, a total ausência de assistência por parte do Estado, sobretudo no pós-abolição como veremos mais adiante.

Desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos rotulados como sub-humanos ou inumanos, existiram relegados a um papel na sociedade, correspondente a sua função na economia: mera força de trabalho. (NASCIMENTO, 2016, p.73)

Em conclusão, dentro deste nefasto sistema, (KILOMBA, 2019, p. 34) discorre que “o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se oprimido e o oprimido, o tirano.

Para abordar os conceitos, raça e racismo, o antropólogo Kabengele Munanga, no texto: uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, o intelectual discorre sobre a raça e racismo como fenômenos opostos, porém complementares. Neste sentido, Munanga (2003) deixa mais que explícito que o conceito de raça apareceu

primeiramente a partir dos estudos na área da zoologia e da botânica. O uso da categoria raça foi aplicado pelo cientista Carl Von Linné. Inicialmente, o termo foi usado para designar “raças ou classes, classificação”. Porém, foi nos séculos XVI-XVII, que o “conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais” (MUNANGA, 2003, p.1). Ademais, o conceito de pureza racial utilizado nas designações da zoologia, acabou sendo também repassadas para a validação das relações de dominação. Outrossim, é explicitado como a concepção social de raça também sofreu influência teológica, uma vez que, as escrituras até o século XVII “detinha o monopólio da razão e da explicação” (MUNANGA, 2003, p. 2).

Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que são também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos reis magos, cuja a imagem exhibe personagens representantes das três raças, sendo Baltazar, o mais escuro de todos, considerado representante da raça negra. (MUNANGA, 2003, p. 2)

Os mecanismos trazidos das ciências naturais colaboraram para o processo de classificação da raça humana, no entanto, não preocupado em classificar a diversidade de raças diferentes, mas obstinado por um viés de superioridade e inferioridade racial.

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d'água entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças estanques que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. (MUNANGA, 2003, p. 3)

No entanto, é no século XX que a ideologia da concepção de raça passa ser desvinculada apenas do conceito das ciências naturais, uma vez que, a concepção de raça passa a ser entendida como um conceito não biológico, que não dá mais conta de explicar a diversidade humana, sendo assim, (MUNANGA, 2003, p. 4) deixa claro “biológica e cientificamente, as raças não existem”. Outrossim, mesmo com desuso da raça como conceito biológico, ainda no século XX, a “pseudo-ciência” denominada raciologia, essa teoria, no entanto, nada tinha de científica, mas:

Um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como uma explicação da variabilidade humana. Gradativamente os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. (MUNANGA, 2003, p. 5)

Não obstante, ao longo do tempo, o conceito de raça foi desgarrado de uma definição unicamente biológica e passou a ser “difundido no tecido social” (MUNANGA, 2003, p. 5). O conceito de raça, agora, “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as

ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação.” (MUNANGA, 2003, p. 6). Para além do conceito permeado pela ideologia, a raça também ganha proporções distintas quando pertinente às relações políticas e de poder a depender de quem governa. “os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico.” (MUNANGA, 2003, p. 6). Por fim, ainda no século XX, a raciologia foi legitimada e utilizada por movimentos supremacistas e nacionalistas, como o nazismo, que, em seu nome, foram cometidos inúmeros crimes contra a humanidade. A demonstração de que a noção de raça ultrapassou o uso estritamente científico, ganhou também um significado social e permeado por uma ideologia dominante, porém predominantemente utilizado pela supremacia branca.

No que diz respeito ao racismo, ainda de acordo com Munanga (2003), enquanto conceito, o racismo possui diferentes interpretações, porém pode ser assimilado como uma crença de que existem raças naturalmente superiores, física, moral, cultural e intelectualmente. Para mais, conforme Silvio Almeida (2019), o racismo “se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam.”

[...] seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que tem características físicas e hereditárias em comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (MUNANGA, 2003, p. 7)

Valores desiguais que concretizam o racismo, que por sua vez, é vivenciado socialmente por negros e negras e povos indígenas, pois “a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido por traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc.” (MUNANGA, 2003, p. 7). Ainda, conforme o intelectual, o racismo possui origens míticas e históricas. Sendo a mítica que surge a partir do mito bíblico, situado no livro de Gênesis, através da história de Noé. A questão histórica, no que lhe concerne, está ligada ao modernismo ocidental, fundamentada através da classificação, que define os caracteres físicos, tal como a cor da pele. Agora o racismo, enquanto conceito, passa a ser justificado para além das explicações religiosas, sendo potencializado pelo fator ideológico e respaldado pelas explicações biológicas.

Insisto sobre o fato de que o racismo nasce quando faz-se intervir caracteres biológicos como justificativa de tal comportamento. É justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças superiores e inferiores. (MUNANGA, 2003, p. 8)

Na atualidade, sobretudo após a década de 1970, a explicação biológica para o racismo já não apresentava mais tanta presença quanto antes, no entanto, o impacto do racismo enquanto ideologia perdura até os dias atuais. Agora reformulado, o racismo já não se apresenta da mesma forma, ganha novas dimensões, operando através das diferenças culturais e identitárias.

Embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos. Enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constitui um lexical mais aceitável que a raça (falar politicamente correto). (MUNANGA, 2003, p. 11)

Ao trazer as reflexões de raça e racismo para a realidade brasileira, podemos dizer que são conceitos intrínsecos à formação social do país, sobretudo quando tratamos do racismo para com o povo negro. De acordo com Lélia Gonzalez (1979), na sociedade brasileira, “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira.” Assim, falar sobre raça e racismo é também rememorar o período da escravidão no Brasil. Estima-se que 4 milhões de africanos foram trazidos ao país¹. O elo entre colonialismo e racismo são antagônicos, retomam a criação do Brasil, e muito explicam sobre a situação do negro brasileiro na atualidade. “O combustível que foi queimado para legitimar a escravidão colonial, antes de qualquer outro, foi o racismo” (SANTOS, 2008, p.4). O choque entre dois mundos, ou mais especificamente, a invasão europeia, aprofunda o sistema racista na América Latina.

A raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. (ALMEIDA, 2019, p. 20)

No Brasil, mais especificamente, essa relação é iniciada a partir dos colonizadores portugueses que perpetuam a lógica irracional da sua “superioridade” em detrimento dos

¹ De acordo com Abdias Nascimento (2016): “É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de créditos, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular n.29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro das finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa.”

outros povos, que, no caso da realidade brasileira, se aplica aos indígenas e africanos. Sendo assim, este sistema de dominação, através do dominador, alicerçado pelo racismo, visou, sobretudo, reprimir o colonizado, destinando uma realidade desigual, principalmente baseada na desvalorização social e étnica. Em primeiro momento, ainda no Brasil colônia, esse lugar de subalternidade social para os negros estava diretamente ligado ao sistema escravista, inserido em uma sociedade economicamente e socialmente estratificada, que criaram barreiras impeditivas de ascensão tanto social, quanto econômica. Sobre tal aspecto, (MOURA, 2019, p. 77)) esclarece: “A maliciosa artificialidade do argumento, apresentando a estratificação social como oposta á racial, não resiste a mais superficial análise, já que era o fator racial que determinava a posição social. Foram escravizados os africanos (negros), e não os europeus (brancos).” Através do sistema racista, a classe dominante, empenhou-se em criar barreiras para escamotear a sociedade negra tanto no período da escravidão, quanto nos tempos hodiernos. Para isso, utilizou-se de mecanismos como as leis que funcionaram de fato como um impeditivo de inserção da população negra na sociedade. Assim sendo, desde o início desta sociedade, objetivou-se a classe dominante reservar os espaços mais subalternos aos negros. Primeiramente, destinando-os ao trabalho escravo e gratuito, após a abolição, deixando a população negra a própria sorte, não concedendo em nenhum momento políticas públicas de integração, ao invés disso, houveram a criação de leis punitivas medidas administrativas, políticas, repressivas e altamente excludentes a exemplo das leis do sexagenário (1885), Lei Áurea (1888), Lei contra Feiticeiros (1805), Lei de Terras (1850), Decreto 847 (1890)² entre muitas outras, provam assim, que na sociedade estruturada pelos brancos, o negro era e continua sendo um sujeito indesejável. Como aponta (MOURA, 2019, p. 45) “O negro que aqui chegava coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo peso da ordenação jurídica e militar do sistema, e, com isso, o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado.” O racismo brasileiro vai tolher o negro culturalmente, religiosamente, socialmente, economicamente por isso possui uma tecnologia altamente sofisticada, porque retira toda sua individualidade, apaga sua memória, assim apaga a sua

² Lei dos sexagenários: Lei n.º 3.270/1885, a lei determinava que escravos poderiam ser libertos ao completar 60 anos. Em contrapartida, como indenização pela alforria, precisavam prestar serviços aos ex senhores por pelo menos três anos, de acordo com o artigo 10º da lei. Lei Áurea: Lei n.º 3.353/1888, Tornou extinta a escravidão no Brasil, porém não garantiu nenhuma seguridade aos ex escravizados. Lei contra feiticeiro(1805): proibia o uso de objetos católicos para professar outra fé. Em caso de descumprimento desta lei, a sentença era pena de morte. Lei de terras: Lei n.º 601/1850, a lei organizou a terra enquanto propriedade privada no país, no entanto esta regulação excluiu os negros, uma vez que seu alvo beneficiava grandes comerciantes, latifundiários e imigrantes. Decreto 847/1890: através do código penal criminalizou a capoeira, proibindo seu exercício.

existência, sua história, ou pelo menos, tentou apagar. Fica evidente que dentro de nossa sociedade o negro não é bem-vindo, tão pouco enxergado como um ser merecedor de direitos. Muito pelo contrário, sua existência é resumida ao lugar da subserviência.

Esse mecanismo permanente de barragem á mobilidade social vertical do negro, com diversos níveis de impedimento á sua ascensão na grande sociedade, muitas delas invisíveis, os entraves criados pelo racismo, as limitações sociais que impediam o negro de ser um cidadão igual ao branco, e finalmente, a defasagem sócio-histórica que a atingiu frontal e permanentemente após a abolição, como cidadão, indo compor as grandes áreas gangrenadas da sociedade do capitalismo dependente que substituiu a escravista. (MOURA, 2019, p. 56)

Neste aspecto, o racismo no Brasil assume uma particularidade bastante perversa, enquanto ideologia, pois impede ao negro a autodefinição racial. Isto se estabelece principalmente pelo ideário de que todos são brasileiros e isto basta. Como se este fato anulasse que na esfera social o negro seja discriminado devido á sua cor e sofra impactos por isso, sobretudo perante a lei. “Por isto faz-se tudo para que a escravidão seja esquecida e quando lembrada, seja romantizada dentro dos valores que dão ligamento ao conceito de democracia racial: o da benignidade da escravidão no Brasil.” (MOURA, 1983, p. 129)

De acordo com Grada Kilomba, no processo de colonização, o colonizador nega o processo de colonização, mas o impõe ao colonizado. Outrossim, ainda conforme (KILOMBA, 2019, p. 34) “no racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial.” E ainda de acordo com Nascimento (2016):

Durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação. (NASCIMENTO, 2016, p. 46).

O responsável por esse ideal de “paraíso racial” é denominado “democracia racial” que nutre a ideia de que todas as raças vivem em plena harmonia no Brasil. Que pelo menos do ponto de vista racial, não há conflitos e que as desigualdades se estabelecem por outros fatores. Não obstante, a democracia racial já foi provada como falácia. Tendo em vista que, de acordo com (NASCIMENTO, 2016, p. 44): “Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco.”

2.2 O mito da democracia racial e genocídio da população negra

O mito da democracia racial é essencial para entender uma das facetas de como opera o racismo no país, uma vez que, a democracia racial é uma particularidade deste sistema. Sobretudo, porque através desta teoria tentam apagar que o racismo é uma realidade latente no Brasil.

Racismo? no Brasil? quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico, educadíssimo, culto, elegante e com feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

De acordo com (MOURA, 2019, p. 86) “A chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o negro brasileiro.” Outrossim, (NASCIMENTO, 2016, p. 48) destaca que enquanto conceito, a democracia racial, determina uma “relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas.” Esta nefasta teoria ganha corpo a partir do século XX, e pode ser apontada como uma herança dos tempos coloniais, mas principalmente uma herança da qual a elite brasileira custa a se desfazer. O que há de fato, é uma tentativa de apagar a existência da escravidão e suavizar o racismo derivado deste período. A democracia racial não se estabeleceu apenas nas relações sociais no país, ela também foi embasada cientificamente pelas ciências humanas, sobretudo para exportar a ideia de harmonia racial no Brasil. Como representante mais destacado deste ideal, o cientista social Gilberto Freyre³, na obra “Casa-grande e senzala, abordou o período da escravidão de forma cruel e romantizada, atribuindo ao senhor uma imagem bondosa e ao escravo uma imagem submissa:

Gilberto Freyre antecipava-se na elaboração de uma interpretação social do Brasil através das categorias casa-grande e senzala, colocando a nossa escravidão como composta de senhores bondosos e escravos submissos, empaticamente harmônicos, desfazendo, com isso, a possibilidade de se ver o período no qual perdurou o escravismo entre nós como cheio de contradições agudas, sendo que a primeira e mais importante e que determinava todas as outras era a que existia entre senhores e escravos. (MOURA, 2019, p.40)

³ Sobre o conceito de **democracia racial**, é importante destacar que não foi um termo inicialmente utilizado por Freyre em suas obras. Na verdade esta exata palavra foi utilizada por Abdias do Nascimento na década de 1950. O que importa aqui, é deixar claro que independente de termos, Freyre defendeu em suas obras uma ideia de paraíso racial no Brasil.

A democracia racial se justifica na prerrogativa da inexistência da desigualdade racial e funciona na lógica da manutenção de privilégios da elite branca, privilégios estes que vem se sustentando ao longo de 500 anos. A democracia racial é uma ideologia, mas enquanto conceito é uma ilusão, por isso, é também um mito, uma vez que não há nada de democrático nas relações raciais no país. Muito pelo contrário, ela se estabelece de maneira muito desigual e conflituosa, uma vez que, a elite branca reserva as pessoas de cor, principalmente os negros, as piores condições de existência. Enquanto ideologia a democracia racial vai se aplicar a partir da neutralização étnica do negro que opera através da consciência. Sobre isso, Lélia Gonzalez situa:

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar de emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura enquanto ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

“Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto.” (GONZALEZ, 1984, p. 229). No período pós abolição, fica mais que explícito tamanha perversidade das elites brancas para com a população negra, principalmente depois da instituição da lei Áurea que não estabeleceu estratégias de integração dos ex-escravizados na sociedade. A lei da terra também se equipara, uma vez que, não incluía o negro, agora na situação de “liberto”, em nenhum artigo. É justamente neste período que se inicia uma política de branqueamento no país com a chegada dos imigrantes. “A orientação predominantemente racista da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa do sangue africano.” (NASCIMENTO, 2016, p. 85). Portanto, é notório que o embranquecimento da população opera para a eliminação da raça negra, funciona como estratégia de aniquilação, seja através da negação de direitos, seja por não garantir recursos para sua sobrevivência. A política do embranquecimento também busca apoio na teoria arianista que tinha como objetivo disseminar na sociedade o mais alto grau da raça europeia. Alimentando assim, a perturbadora fantasia de quem em cem anos, a raça negra seria inexistente na sociedade brasileira. Excluir o negro dessa sociedade, estava para além de vontades individuais, se tornou uma política nacional. “Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos

pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira.” (NASCIMENTO, 2016, p. 86)

O conluio dos intelectuais e dos acadêmicos “cientistas” na formulação política foi decisivo para sua aceitação. Na década de 1920, quando o Brasil estimulava através de leis de imigração de brancos europeus (Celtas, raças nórdicas, iberos, eslavos, germânicos, portugueses, austríacos, russos e italianos), “científicos” endossos a esta política e seus objetivos se encontravam amplamente disponíveis. (NASCIMENTO, 2016, p. 87)

Outrossim, um fato sobre o racismo à brasileira, é que, no país, há um suposto tratamento cordial dos brancos para com os negros e busca justificativa no fato de que se distingue do racismo nos Estados Unidos e na África do Sul, uma vez que não existe de forma legalizada no Brasil um processo de discriminação ou segregação, como aconteceu nos países citados acima. Por outro lado, é um racismo que opera de forma “diferente”, uma vez que é mais sofisticado, se utiliza de mecanismos de dominação como silêncio, a negação da existência e persistência do racismo. A verdade é que o racismo brasileiro mata o sujeito negro de diversas formas, mata fisicamente, mata através do silêncio, da negação e sobretudo, mata a consciência.

Devemos compreender a “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes das misturas de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”, da operatividade do “sincretismo” religioso a abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária manipulando todos esses métodos e recursos (NASCIMENTO, 2016, p. 111)

Ademais, o embranquecimento no país também é determinado por vias culturais que estão fortemente ligadas a democracia racial e possuem como um único fim o genocídio da população negra. Sendo assim, para além do conjunto de leis, do governo e dos órgãos estatais de dominação, como a polícia e o capital, uma outra estratégia utilizada pela elite branca brasileira é a cultura dado que por meio de meios de comunicação (como rádio, tv, jornal), o sistema educacional, a literatura, a música, etc são manuseados através do interesse de classe para tolher e oprimir o povo negro, o desgarrando da sua consciência racial e por extensão inibindo que produza a sua própria cultura e mecanismos de manifestação. “A assimilação cultural é tão eficiente que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar sua cultura.” (NASCIMENTO, 2016, p.112).

Neste aspecto, quando se trata do processo de assimilação da cultura dominante, ocorre a aculturação a um nível altamente aprimorado que provoca em certo ponto um anestesiamiento, uma certa tolerância das desigualdades acometidas com o povo negro, tendo em vista principalmente que desgarrado da cultura, da economia, de forma em geral da sociabilidade, na sociedade brasileira, não há espaços para manifestação das minorias, e quando há, são fortemente reprimidas pelos aparelhos estatais.

O conceito de aculturação é empregado constantemente como aquele que explicaria e definiria de forma abrangente e satisfatória as formas de contato permanente e as transformações de comportamento entre a população negra dominante (antes da abolição, escrava, depois, marginalizada) e os grupos representativos da cultura dominante do ponto de vista econômico, social e, por extensão, cultural. Ora, esse conceito, cunhado exatamente para explicar o contato entre aquelas culturas que se expandiam como transmissoras da “civilização” (colonizadores) e aqueles povos dominados, ágrafos, considerados portadores de uma cultura primitiva, exótica (colonizados) e cujo os padrões, por isso mesmo, eram mais permeáveis a uma influência modificadora por parte da cultura dominadora, tem limitações científicas enormes. (MOURA, 2019, p. 73)

O processo de aculturação também influencia nas questões econômicas, sociais políticas e culturais é essencial para a perpetuação de superioridade e inferioridade entre brancos e negros. Onde brancos são considerados superiores e negros inferiores. Ademais, a dinâmica da aculturação com componente de uma sociedade que considera noções de superioridade e inferioridade como a brasileira, naturalmente estimula a desigualdade entre os indivíduos. Para mais, esta dinâmica proporciona um estreitamento que inibe mudanças sociais.

Não podemos aceitar o conceito de aculturação como aquele que iria explicar as mudanças sociais, mas, pelo contrário, achamos que a aculturação em uma sociedade composta de uma cultura dominadora e de outras dominadas estimula a desigualdade social dos membros das dominadas através de mecanismos mediadores que neutralizam a sua revolta. Através desses mecanismos mediadores, os membros das culturas dominadas subitem-se ao controle da cultura dominante. (MOURA, 2019, p. 75)

Ao distinguir os processos que colaboram para o fortalecimento da democracia racial tanto teoricamente quanto concretamente, os desdobramentos e perpetuação desta ideologia são igualmente problemáticos, substancialmente, pois, reflete na escamoteação do negro as piores situações, social e economicamente, tornando a discriminação uma realidade latente para esta população. Por causa do racismo que é estruturante e estrutural no país como o Brasil, as piores situações de sobrevivência são muito alarmantes. Para melhor compreender a

discriminação racial enquanto realidade, se faz necessário refletir sobre as condições de vida desta população.

Conforme dados do ano de 2021 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de brasileiros autodeclarados como pretos e pardos representam 56% da população.⁴ Ainda de acordo com o mesmo censo, entre mulheres negras ocupadas ou desempregadas chegou a marca de 53,3%, enquanto aos homens negros a taxa chega a 72,3%. 30,1% das pessoas negras são trabalhadores por conta própria e 18,1% são assalariados sem carteira de trabalho. Sobre as questões de moradia e acesso a saneamento básico nas grandes cidades metropolitanas, apenas 59% das pessoas negras possuem acesso à rede de coleta de esgoto. Outrossim, sobre os dados que refletem a violência que acomete esta população, 28,2% das pessoas pretas ou pardas na faixa etária entre os 18 a 29 anos foram vítimas de violência.

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar uma residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve a ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola e trancados as oportunidades que lhe permitiram melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. (NASCIMENTO, 2016, p. 101)

Os dados refletem sobre a situação do negro na atualidade, mas, não obstante, a situação do negro nos dias atuais continua em paralelo com o passado não muito distante. Isso pois, os efeitos deletérios após séculos de escravização somados aos desdobramentos da falsa harmonia racial no país acarretaram a criação de valores discriminatórios que nutre ainda mais a disparidade entre negros e brancos. “o certo é que, depois de quatrocentos anos de lavagem cerebral, o brasileiro médio tem um subconsciente racista.” (MOURA, 2019, p. 136). Os brancos criam uma vivência democrática para si e para os seus e para o negro destina as piores condições, principalmente alimentando a ideia de individualização, retirando do estado, das leis, da sociedade civil branca a responsabilidade dos efeitos prejudiciais do período escravocrata.

Assim como a sociedade brasileira não se democratizou em suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou em suas relações raciais. Por essa razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu, ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida. Por essa razão, a mobilidade

⁴ Sobre o número de pessoas que se autodeclararam pretos e pardos: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados> Taxa de desemprego entre a população negra: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html>

social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu. Para que isso funcionasse eficazmente, foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar essa imobilização estrategicamente montada. (MOURA, 2019, p. 103)

Por mais que haja socialmente a ideia de que na sociedade brasileira não exista discriminação racial, e sim a penas econômica, isto se provou ao longo do tempo que não é verdade, uma vez que ser negro no Brasil é determinante para exclusão social, sendo assim a questão racial vai determinar a posição social. A relação raça e classe são preponderantes na sociabilidade no país, isso é essencial para definir os espaços que os negros irão ocupar na esfera social, uma vez que por causa da discriminação os negros acabam sendo excluído de diversas maneiras, como no mercado de trabalho, por exemplo, mesmo que seja mais qualificado para o cargo ou área, por causa da sua cor, o negro é descartado, sobretudo em cargos de liderança. A situação também é refletida na educação e política. Sendo assim, fica evidente que a discriminação é uma estratégia causadora do imobilismo social entre a população negra. É bem mais difícil ascender socialmente quando historicamente e culturalmente não há incentivos ou políticas públicas que garantam estabilidade e qualidade de vida. Sobre tais questões, há dois argumentos ideológicos que alimentam o processo de discriminação conforme Clóvis Moura (2019):

A primeira é de que, com a miscigenação, nós democratizamos a sociedade brasileira, criando aqui a maior democracia racial do mundo; a segunda de que, se os negros e demais segmentos não brancos estão na atual posição econômica, social e cultural, a culpa é exclusivamente deles que não souberam aproveitar o grande leque de oportunidades que essa sociedade lhes deu. Com isso, identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não brancas em criminosos em potencial. Têm de andar com a carteira profissional assinada, comportar-se bem nos lugares públicos não reclamar dos seus direitos quando violados e, principalmente, encarar a polícia como um órgão de poder todo-poderoso que pode mandar um negro “passar correndo” ou jogá-lo em um camburão e eliminá-lo em uma estrada. (MOURA, 2019, p. 106)

A realidade é que a discriminação racial coopera para a manutenção dos privilégios da elite branca que se beneficia das desigualdades estruturais do sistema, além disso, é alimentada pelas questões exploratórias de raça e permanência da hierarquia. As violências simbólicas são direcionadas para indicar lugares subalternos e inferiores para os negros. Sendo assim, o negro se encontra em situação mais desfavorável que o branco.

A situação social do negro depois da abolição é vista à luz da herança do antigo regime. Preconceito e discriminação raciais, o despreparo cultural do ex-escravo para assumir a condição de cidadania e de trabalhador livre e a sua negação do trabalho como forma de afirmação da posição de homem livre resultam na

marginalização e desclassificação social do negro, que se estendeu por mais de uma geração. (GONZALEZ, HASENBALG, 1982, p. 86)

Em conclusão, no país onde a discussão sobre raça é proibida a todo custo, as consequências tendem a ser irreversíveis e até mesmo delicadas. Desta forma, combater a discriminação e seus efeitos se torna amplamente mais complexo. Como já apontado, as relações raciais no país se estabelecem de forma muito conflituosa. A despeito, o silenciamento sobre o racismo no país, é perpetuado de diversas maneiras, mas o silenciamento histórico e cultural são mecanismos essenciais para a manutenção do racismo. A ideologia racista é sobretudo violenta, pois, está fundamentada na prática. Prática esta que se instituiu através da ciência, religião, política, cultura etc, e que está profundamente enraizada na nossa sociedade.

Dizer que nossa visão sobre a sociedade não é um reflexo da realidade social, mas a representação de nossa relação com a realidade, faz toda a diferença. Isso faz da ideologia mais do que um produto do imaginário; a ideologia é, antes de tudo, uma prática. Para nos convenceremos de que existem lugares de negro e lugares de branco na sociedade, ou no mínimo não nos espantarmos com essa constatação. (ALMEIDA, 2019, p. 42)

Sendo assim, o racismo que foi mascarado ao longo dos séculos, na história do país, em muito colaborou para a experiência hiper violenta do negro no Brasil. Isso porque, para além da violência física, psicológica, mas, principalmente subjetiva, os racistas apagaram a importância do negro na história do país, procurando vilanizar a população no imaginário social, sobretudo através da mídia, retratando o negro como criminoso ou em locais de subserviência.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancio, etc e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. (GONZALEZ, 1984, p. 226)

Para além, a crença de que o racismo e, por extensão, pessoas racistas não existem no Brasil, corroboram ainda mais para o fortalecimento do preconceito racial no país. O imaginário de que racista são os outros, que só existe racismo e truculência racial em outros países, é um fator preponderante para a dificuldade de debater e combater o racismo no país, principalmente pelo fato de que é negado que exista uma problemática racial, em vez disso, há uma crença de que os problemas do país sejam apenas de ordem social.

afirma Cida Bento (2022). Este problema se denomina branquitude, é expresso através da dominação dos brancos para com os não brancos e é refletida nos demais espaços da sociabilidade, como na política e na economia, por exemplo, uma vez que, é nesses espaços são assegurados “privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro.”(BENTO, 2022, p.15)

3. O FENÔMENO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NOS E NAS NEGROS E NEGRAS

O segundo capítulo buscou elaborar como o racismo interfere nas relações raciais entre os indivíduos, causando consequências atroz à população negra, inclusive sua morte. Para isto, é traçado uma relação entre racismo, racismo estrutural, biopoder, necropolítica e pacto da branquitude, para explicar como as políticas de morte e manutenção das estruturas coloniais cooperam para o genocídio da população negra e mais especificamente a juventude negra no Brasil.

3.1 Racismo, biopoder e necropolítica

Após debruçar sobre os aspectos históricos que constituíram o racismo no Brasil, interpretar a dinâmica deste sistema e como ele opera nos dias hodiernos também é fundamental para o entendimento da opressão de raça, uma vez que, “O racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 40)

Tendo em vista que os conflitos raciais determinam as relações sociais no Brasil, sobretudo, que rege as dinâmicas estatais e institucionais, fazendo assim, com que as práticas racistas se instaure para além de condutas individuais, refletindo amplamente na esfera social, acarretando assim, uma estrutura desigual em diversos aspectos para a comunidade negra, como desigualdade econômica, de gênero. O racismo se perpetua, pois, produz um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial. Outrossim, constitui “sujeitos cujo sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal e “natural” que no mundo hajam “brancos e “não brancos” (ALMEIDA, 2019, p. 40). Como já observado no capítulo anterior, o racismo possui raízes históricas que são alteradas ao longo dos séculos, não obstante, na modernidade, a forma a qual o sistema racista é operacionalizado se estabelece de maneira divergente,

principalmente quando refletimos sobre a relação de poder que o Estado exerce sobre os indivíduos. Desta forma, já não cabe como nos tempos passados justificar o racismo apenas por via biologizante ou religiosa. O racismo agora é também regido por determinações econômicas que influem de forma direta na vida social. Mas o objetivo continua sendo o mesmo, a manutenção de privilégios de uma classe em detrimento de outra. O racismo opera enquanto ideologia e de forma sofisticada se infiltra nas demais áreas da sociabilidade, conforme (ALMEIDA, 2019, p.41), “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional.” No Brasil, o mito da democracia racial rege o imaginário e práticas sociais e por isto coaduna com a ideologia racista (Ou, é revestido por esta ideologia). É justamente por ser identificado enquanto processo ideológico que é necessário refletir e compreender o porquê o racismo perdura e causa impacto na vida de pessoas não brancas no país. Principalmente, pois, o racismo extrapola a esfera individual e reflete na dinâmica institucional, denotando assim, ser um fenômeno estrutural e estruturante na sociedade brasileira. Tendo em vista a sofisticação do racismo nos dias atuais, é fundamental analisar o racismo para além das relações sociais isoladas e se debruçar no seu efeito refletido nas instituições, como o Estado, por exemplo. Sendo assim, compreender as estruturas de poder e o racismo estrutural intrínseco a estas estruturas é essencial para essa tese.

Na obra “racismo estrutural” o advogado e professor Silvio Almeida, aponta o racismo enquanto ideologia que determina a estrutura social pois “molda o inconsciente” e, portanto, influencia nas práticas sociais, assim, “A vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e de onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagens racial inseridas no imaginário e em práticas cotidianas” (ALMEIDA, 2019, p. 41). Assim sendo, é notório enquanto ideologia o racismo é potente para se estabelecer nas diferentes esferas sociais, acarretando um forte estigma social contra a comunidade negra, criando assim, uma imagem negativa ligada aos negros, imagem marginalizada e fortemente preconceituosa.”o significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia.”

Da mesma forma, o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a chamada “guerra às drogas” que, na realidade, é uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras. (ALMEIDA, 2019, p. 42)

Todavia, é importante destacar que essa ideologia formula a estrutura social por isso reverbera nas instituições como no sistema de justiça, na educação, na saúde etc. repercutindo por meio dos indivíduos que as regem, dado que, tais instituições são regidas majoritariamente por pessoas brancas.⁶ Não é nenhuma surpresa que no país de histórico escravocrata como o Brasil, a elite seja preponderantemente branca e os índices de criminalidade, mortalidade, baixa escolaridade sejam designados a pessoas negras. Outrossim, tal desigualdade é uma realidade também cultural e midiática, uma vez que a população negra no Brasil é retratada em filmes, novelas e comerciais como coadjuvantes quase sempre em papéis criminosos ou de subserviência e pouco destaque.

Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos. (ALMEIDA, 2019, p. 43)

Neste processo, racismo e política são intrínsecos a relação de poder e Estado tendo em vista que “na perspectiva estrutural se considerarmos o racismo um processo histórico e político, a implicação é que precisamos analisá-lo sob o prisma da institucionalidade e do poder”. (ALMEIDA, 2019, p. 54). Sendo o Estado a representação política, o racismo é produzido e reproduzido através dos mecanismos estatais e mantido nas suas estruturas. Isso ocorre, pois, o Estado na modernidade é responsável pela criação de mecanismos como a divisão de classes tanto econômicas quanto raciais. Esse mecanismo se mantém sobretudo no modelo econômico capitalista (o qual estamos inseridos) em razão da “relação material de força”. Essa relação material se estabelece, pois “no capitalismo, a organização política da sociedade não será exercida diretamente pelos grandes proprietários ou pelos membros de uma classe, mas pelo Estado.” (ALMEIDA, 2019, p. 57). Retratando a conjuntura histórica brasileira, conforme Clóvis Moura, tal relação de poder é mantida pois, o Brasil é um país capitalista dependente e por isso está enquadrado no que ele denomina por “escravismo

⁶ Desigualdade no poder Judiciário: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-09/oito-em-cada-dez-juizes-no-brasil-sao-brancos-aponta-pesquisa-do-cnj>
<https://www.cartacapital.com.br/artigo/por-um-garantista-negro-no-supremo-tribunal-federal/>
 Desigualdade na educação: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/15/analfabetismo-entre-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-entre-brancos.htm>
 mortes evitáveis: <https://www.geledes.org.br/negros-sao-mais-suscetiveis-doencas-evitaveis-no-brasil/>

tardio”⁷, além disso, há um fenômeno de modernização sem real mudança e isso acontece porque historicamente o país passou por mudanças econômicas, tecnológicas e culturais, porém a sua estrutura no tangente às relações sociais continuam as mesmas. “os senhores de escravos aproveitaram o processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência para manterem os seus privilégios de classe e de sobreviverem à passagem do escravismo tardio para o trabalho livre. Ficaram na dependência dessas forças econômicas modernizadoras.” (MOURA, 1994, p. 57). Desta forma: “o moderno continua servindo ao arcaico” e as conexões do período colonial permanecem inalteradas, uma vez que a população negra permanece sendo alvo da discriminação, do desemprego, da fome, da desigualdade social e econômica e tudo isso reflete diretamente nas relações da atualidade.

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem-garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos- e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção ideológica justificadores da dominação.(ALMEIDA, 2019, p.58)

Outrossim, com a relação de poder que o Estado e economia exercem na sociedade, abordar as questões que envolvem racismo nas instituições e estruturas sociais é essencial para compreender o racismo e suas nuances no Brasil atual, pois ambos possuem “significativos impactos analíticos e políticos” (ALMEIDA, 2019, p.25).

Em primeiro plano, ainda conforme Almeida, denomina o racismo institucional enquanto “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente,desvantagens e privilégios com base na raça.” (ALMEIDA, 2019, p. 26). Destarte, ao analisar o racismo institucional é elementar compreender o funcionamento das instituições para assim assimilar como o racismo opera por intermédio das instituições. As instituições, por sua vez, criam regras que se espelham nas dinâmicas sociais, sendo capaz de modificar o comportamento humano. Consequentemente, as instituições absorvem e reproduzem os conflitos de ordem social, como apontado por Almeida:

Se é correta a afirmação de que as instituições são a materialização das determinações formais da vida social, pode-se tirar duas conclusões: a) instituições,

⁷ Escravismo tardio: “Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, modernização sem mudança, queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infra-estrutura. Desta forma, se de uma lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza, aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. (MOURA, 1994, p. 52)

enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder- social; b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição. (ALMEIDA, 2019, p. 26)

Assim, é notório que o racismo é também componente pertencente às instituições em razão da sociedade que é racista, dos indivíduos que reproduzem o racismo. Outrossim, o racismo tende a ser potencializado pelas instituições uma vez que os indivíduos que compõem as instituições, estabelecem através da hegemonia, seus interesses pessoais e políticos. “O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação. É, sem dúvida, um salto qualitativo quando se compara com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individualista.” (ALMEIDA, 2019, p. 27)

O racismo institucional firma-se pois, os grupos dominantes que regem as instituições impõem seus interesses políticos, econômicos e sociais. No âmbito racial há um agravante levando em consideração que a dominação desses grupos ocorre por meio da discriminação racial imposta para o fortalecimento e continuidade da soberania.

O uso do termo hegemonia não é acidental, uma vez que o grupo racial no poder enfrentará resistências. Para lidar com os conflitos, o grupo dominante terá de assegurar o controle da instituição, e não somente com o uso da violência, mas pela produção de consensos sobre a sua dominação. Desse modo, concessões terão de ser feitas para os grupos subalternizados a fim de que questões essenciais como o controle da economia e das decisões fundamentais da política permaneçam no grupo hegemônico. (ALMEIDA, 2019, p. 28)

Em continuidade, o racismo estrutural é determinado a partir das estruturas já pré-existentes na sociedade, desta forma, as instituições não criam o racismo, mas absorvem o racismo existente na sociedade com o objetivo da manutenção da ordem social, dado que, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista.” (ALMEIDA, 2019, p.31)

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. (ALMEIDA, 2019, p. 32)

Consequente, considerando que o racismo encontra-se profundamente arraigado na sociedade levando em consideração os fatores históricos e políticos, que extrapolam as atitudes individuais, é representação também das relações de poder, sendo assim, racismo

institucional e estrutural possuem relação direta, uma vez que, o racismo é componente presente nas estruturas sociais, estando presente nos mais diversos espaços que mantêm privilégios da branquitude. O racismo dissolvido nas estruturas é “sutil”, pois não se trata de atitudes discriminatórias individuais, mas faz parte de um conjunto estrutural que visa manter pessoas não brancas no lugar de subalternidade. O racismo estrutural se encontra presente na ausência da garantia de direitos por parte do Estado, se concretiza através da violência policial, por exemplo. Por fim, “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.”(ALMEIDA, 2019, p. 33).

Em continuidade, este estudo visa assimilar o impacto do racismo de Estado e como ele contribui para o genocídio da juventude negra no país. Para guiar este debate, a reflexão através das teorias Biopolítica (Foucault) e Necropolítica (Mbembe) são primordiais.

Para compreender o que é a biopolítica para Foucault, antes é preciso refletir sobre o poder que o Estado exerce sobre os corpos, neste aspecto Foucault aborda o tema do biopoder que é sintetizado no poder que o Estado exerce sobre a vida, onde através do controle sobre a vida da população há um exercício da dominação dos corpos. Ou seja, o Estado determina o curso do nascimento e da morte.

O poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no “como” a vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém, sobretudo, nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora do seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. (FOUCAULT, 2000, p. 295)

Ao referir sobre a biopolítica é preciso debruçar sobre o Estado e as diferentes formas de governo, principalmente na modernidade. Por esse motivo, Foucault evidencia atenção para a “arte de governar”. Em razão disso, o conceito de soberania é crucial para o entendimento de controle de corpos, mas principalmente para definir quem tem direito de viver e morrer. Para tal feito, Foucault elabora do ponto de vista histórico como se constitui o poder sobre a vida. Como peça chave do exercício de controle sobre a vida e a morte ele destaca que “na teoria clássica da soberania, vocês sabem que o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais”(FOUCAULT, 2005, p.286).

O que é ter direito de vida e de morte? Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político.(FOUCAULT, 2005, p. 286)

Desta forma, a soberania é o direito de “fazer morrer ou de deixar viver”. E, depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e deixar morrer”(FOUCAULT, 2005, p. 287). A partir do século XVIII, o teórico sinaliza o aperfeiçoamento de uma técnica de poder e disciplina dos corpos. Essa tecnologia agora é dirigida pelo viés político, é denominada de biopolítica. De acordo com (FOUCAULT, 2005, p. 293) , "a biopolítica lida com a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento.”

Ora, durante a segunda metade do século XVIII eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implementando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (FOUCAULT, 2005, p.289)

Sendo assim, a biopolítica é uma tecnologia que se instaura e intervém sobre a vida por intermédio do nascimento, da taxa de morte, da reprodução, da natalidade, etc. Mas a questão central da biopolítica é que ela não atua sozinha, mas, está vinculada às questões políticas e econômicas, as decisões tomadas com base nesses âmbitos, regidas pelo poder Estatal. Todavia, a questão racial é o cerne do aprofundamento das violências legitimadas por parte do Estado. Pois, como indica Foucault, “Com efeito, o que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que esse poder se incubiu, um corte: um corte entre o que deve viver e o que deve morrer.”(FOUCAULT, 2005, p. 304). Nesse sentido, estamos abordando diretamente o poder que o Estado exerce na modernidade, o racismo é aparato fundamental do exercício de extermínio de corpos não brancos. Essa é a forma de controle e dominação sob corpos racializados, não basta apenas coibir, é preciso exterminar. “Quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo você viverá.” Eu diria que essa relação (“se você que viver, é preciso que você faça morrer, é preciso que você possa matar”). Por isso, o racismo procede sob o exercício do biopoder na perspectiva de que é necessário que o outro morra. “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que teria minha segurança pessoal, a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida um geral mais sadia, mais sadia e mais pura.” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Ao relacionar como a dinâmica do biopoder é exercida na realidade brasileira, que historicamente apresenta um processo de normalização das violências em detrimento da manutenção da vida (de corpos não racializados), mas do suporte da produção da morte (de corpos racializados). Desta maneira, o Estado é responsável por delimitar quem deve viver e quem deve morrer, na expectativa da garantia de manutenção de uma sociedade mais “saudável.” O racismo é a validação da morte.

Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (FOUCAULT, 2005, p. 306)

Assim sendo, o extermínio do corpo negro concebido ao longo do tempo, possui uma única explicação, o racismo, especificamente o racismo moderno é denominado pela “técnica do poder, à tecnologia do poder” (FOUCAULT, 2005, p. 309), diferentemente de como operava o racismo anteriormente, vinculado ao campo da “mentalidade e ideologia.” Por isso, Foucault aponta que, “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que obrigado a utilizar raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano.”

Em continuidade, ainda sob a perspectiva do poder exercido pelo Estado, conforme Achille Mbembe ao elaborar sobre a necropolítica, que por sua vez é denominada como um fenômeno intrínseco ao sistema capitalista que consiste na coisificação do ser humano. Para mais, a necropolítica dialoga com a teoria de biopolítica de Foucault, mas com o diferencial de analisar a influência do neoliberalismo⁸ e o seu desdobramento sobre o Estado. Mbembe vai focar na produção da morte uma vez que Foucault demanda atenção para a produção da vida. Neste sentido, Achille Mbembe, com a necropolítica, busca apontar a política de morte enquanto normalização do extermínio em massa. Nesta perspectiva, a obra retoma as concepções de soberania e Estado de exceção são concepções centrais para a análise do poder Estatal na modernidade. Enquanto soberania é entendido o poder de suspender a morte (fazer viver e deixar morrer). Por isso Mbembe aponta:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e

⁸ Conforme Harvey(2008): “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.” Outrossim, o neoliberalismo é também uma forma de sociabilidade uma vez que: “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo.” (HARVEY, 2008, p.11-13)

a destruição material dos corpos humanos e populações.” Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. (MBEMBE, 2018, p.10)

Para além, na sociedade contemporânea, (MBEMBE, 2018, p. 12) suscita que “tornar-se sujeito, portanto, supõe sustentar o trabalho da morte”. A morte aqui reside na supressão da vida, não na morte natural, mas na morte como resultado da soberania e escolha exercida pelo Estado que denomina quais corpos devem ou não permanecer vivos. Assim, o estado de exceção atua diretamente na morte, principalmente pelas vias da não garantia de direitos. “O Estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do Estado de direito.” (MBEMBE, 2018, p.8). Outrossim, Mbembe constrói a relação teórica entre a biopolítica, estado de sítio e de exceção, uma vez que:

O estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? (MBEMBE, 2018, p. 17)

Outrossim, ao abordar a temática racismo, Mbembe simboliza que o racismo se exerce enquanto domínio de um grupo sobre o outro e como desdobramento disso, o Estado assume o poder sobre os corpos, assumindo, assim, o “direito” de aniquilar certos corpos. Assim, a existência do “outro” passa a ser uma ameaça, o “outro” passa a ser enxergado enquanto inimigo, e, desta maneira, é perpetuado o racismo na sociedade. No Brasil, por exemplo, a realidade racial busca por privilegiar a vida da elite branca (dos corpos brancos), pois, historicamente, corpos não racializados são tidos como “valiosos”, sendo assim, são “mais importantes”, e nesse aspecto, a vida de pessoas negras é enxergada como uma ameaça, algo descartável para essa elite, pois existe um ódio de raça embutido na sociedade brasileira, e por este motivo, eliminar a “mancha negra” é uma urgência para a branquitude brasileira.

A percepção da existência do outro como um atentado contra a minha vida, como uma ameaça moral ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. (MBEMBE, 2018, p. 20)

Ao retratar o poder sobre a vida do outro, Mbembe faz uma ligação histórica e indica que a escravidão estabeleceu um processo díspar do exercício de poder sobre a vida. Essa relação se estabelece, pois, no período colonial a vida do indivíduo escravizado era

pertencente ao senhor. “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da expressão da biopolítica.” (FOUCAULT, 2001, p.133)

No contexto da plantation, a humanidade do escravo aparece como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação da nascença e uma morte social(que é expulsão fora da humanidade). Enquanto estrutura político-jurídica, a plantation é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor. (MBEMBE, 2018, p. 27)

Ademais, a forma de governo contemporânea é divergente da forma de governo do período colonial, principalmente porque, as técnicas de autoridade policial além do modelo de disciplina que marcaram o período colonial, mas também o período pós-colonial vai sendo paulatinamente alterado ao decorrer dos séculos. E isso se estabelece pois: “As tecnologias de destruição são agora mais anatômicas e sensoriais, em um contexto em que se decide sobre a vida e sobre a morte. Se o poder depende sempre de um estreito controle sobre os corpos.”(MBEMBE, 2018, p.38)

Por fim, a necropolítica é responsável pela gerência da morte, a morte enquanto gestão política. Além disso, se utiliza dos modos de regulação que são estabelecidos por meio da organização política e jurídica social. Ademais, Mbembe indica que a necropolítica não está relacionada apenas a ligação de fazer viver e deixar morrer, mas sim da produção da morte.

3.2 pacto narcisico da branquitude e exclusão do jovem negro nos dias atuais

Ao compreender que o sistema racista está para além de ações isoladas de indivíduos unicamente preconceituosos, mas, que reflete na verdade um projeto muito bem delimitado de política de Estado que visa pôr em desvantagem a população negra, sobretudo quando referente a população negra brasileira, uma vez que, o Estado brasileiro não só mantém historicamente relações racistas, como, é também demarcado por ser um Estado racista. Creio que para compreender profundamente tal razão, debruçar-se apenas teoricamente em torno da história do racismo e seus feitos unilateralmente para com a comunidade negra não é o suficiente. Assim, entender o projeto da branquitude e seus feitos é fundamental, uma vez que o racismo não é somente um problema dos negros. Para além, neste tópico o foco será apresentar a juventude negra brasileira, com a finalidade de apreender como o racismo opera

na vida desses indivíduos e mais especificamente, como o racismo corrobora para o genocídio da juventude no país.

Inicialmente, conforme Maria Aparecida Bento, na obra “o pacto da branquitude”, a psicóloga explicita que “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos.” (BENTO, 2022, p. 14). Nesta obra, a autora trabalha como o racismo institucional impacta na vida de pessoas negras no país. Para analisar esse histórico de repressão, a autora expõe a existência de um pacto narcísico entre a branquitude. Esse pacto narcísico se estabelece sobretudo com os privilégios sociais no qual as pessoas brancas desfrutam historicamente. Sendo assim, “Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa” (BENTO, 2002, p.28).

Neste aspecto, Bento denomina como pacto narcísico da branquitude um fenômeno de preservação dos privilégios sociais de pessoas brancas que visa resguardar, manter as estruturas da forma que são.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. Tal fenômeno evidencia a urgência de incidir na relação de dominação de raça e gênero que ocorre nas organizações, cercadas de silêncio. (BENTO, 2022, p.19)

Dessa forma, para o estabelecimento do pacto entre a branquitude é necessário que exista um sistema de desigualdade alimentado pela discriminação. Principalmente porque para validar a discriminação é utilizado a ideia de mérito, aqui reitero o ideal de meritocracia⁹, ou seja, a branquitude continua ocupando os espaços de privilégio e poder ao longo dos tempos, pois, existe uma estrutura de manutenção desses espaços através do ideário de mérito, sendo assim, a branquitude defende o discurso de ocupação do poder pois, se “esforçaram”. “Se constatamos representação excessiva de pessoas brancas nos lugares mais qualificados é porque elas mereceram isso, e a ausência de negras e negros e de outros segmentos de vê-se ao fato de não estarem devidamente preparados” (BENTO, 2022, p. 19). Esse tal “mérito” pregado pela branquitude é mais pertencente ao privilégio histórico desses indivíduos simplesmente pela cor da pele.

Por esse motivo, a desigualdade é elemento fundamental, em função disso Bento (2022) evidencia que a exclusão moral é componente relevante para a excluir o negro não

⁹ O conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que depende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. (BENTO, 2022, p.21)

apenas socialmente mas também existencialmente, resultando não apenas na exclusão do mercado de trabalho ou da educação, mas ocasionando em casos mais sérios no extermínio da população negra. “O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas como o genocídio, ou mais brandas, como a discriminação.” (BENTO, 2002, p. 31)

Nesse processo a criação do outro (o outro aqui é o sujeito negro) como inimigo, como indesejável, é estratégico para a manutenção do lugar de discriminação e exclusão social das pessoas negras. O pacto narcísico da branquitude colabora em muito para a perpetuação de heranças históricas que perduram até os dias atuais, por parte da branquitude uma herança regada por privilégios, enquanto as pessoas negras a injusta herança permeada por desigualdades.

É possível identificar a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo. (BENTO, 2022, p. 23)

Por fim, o pacto narcísico da branquitude é formado por alianças herdadas ao longo dos séculos, passados de geração em geração, onde as novas gerações são beneficiadas pelo passado escravocrata de seus antecessores, gozam do privilégio branco que as concede melhores condições de vida, de trabalho, educação e saúde. A “herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente, em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo” (BENTO, 2022, p. 24)

No que tange a exclusão do jovem negro frente a sociedade brasileira, objetiva-se refletir o impacto das inúmeras violências cometidas contra esse grupo, mas, principalmente a violência racial que é definitiva para as atrocidades que acontecem com essa população. A princípio, para isto, é preciso entender quem é a juventude negra e quais os percalços enfrentados por esse público. Primeiramente, a juventude negra é diversa, e, conforme (VENÂNCIO, 2021, p. 3), “uma forma básica de se pensar a juventude é que ela se constitui enquanto uma fase do desenvolvimento da vida fisiológica do ser humano, na qual

experiências contingentes são características.” Ademais, percebe-se que, os jovens no Brasil, porém, mais especificamente, os jovens negros, estão ameaçados a crescer e se desenvolver plenamente devido à crescente violência no país. A juventude negra enfrenta os percalços e dilemas não só da violência no geral, mas também da violência racial, sendo o potencializador para o extermínio em curso da juventude negra.

No país transpassado por violências diversas como o Brasil, sobretudo produtor de violências geradoras de desigualdades sociais, desta maneira, Raimundo afirma:

Entende-se que violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais, reproduzindo-se no cotidiano dos diversos grupos e, aqui especificamente, no cotidiano da juventude negra. Essa perspectiva nos remete à compreensão de que se faz necessário entendê-la a partir de suas condições concretas de existência, e não apenas como uma forma degenerativa do ser humano. (RAIMUNDO, 2014, p.123)

Sendo assim, os jovens negros enfrentam cotidianamente um conjunto de violências como a violência racial, policial, social e urbana (RAIMUNDO, 2014, p. 124). Raimundo chama atenção em seu trabalho para a violência urbana que acomete os jovens negros que se concretiza apenas por meio dos alarmantes números de homicídios, mas também através da preponderante exclusão social. “A violência urbana está relacionada a assassinatos, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra as pessoas. Expressa-se na brutalidade da vida, da pobreza, nas carências, na marginalização, no desrespeito, na negação, na violação, na coisificação, na humilhação e na discriminação.” (RAIMUNDO, 2014, p. 124)

Ademais, Raimundo (2014) reforça que os impactos do sistema capitalista de produção também incidem sobre esse público uma vez que a pobreza é uma realidade presente na vida de muitos jovens negros e se concretiza por meio do desemprego, da baixa escolaridade, da fome, da informalidade, ou seja, da falta de oportunidades e precarização da vida em sua totalidade.

Outro aspecto a ser considerado são as transformações capitalistas contemporâneas, que têm o poder de reforçar, manter e reproduzir as diversas expressões das desigualdades sociais. Nesse contexto, é inegável que os mais afetados são os mais pobres. No caso da conjuntura brasileira, os mais pobres são a maioria negra. (RAIMUNDO, 2014, P. 125)

De acordo com a seção XI do Estatuto da Juventude, (Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013), todos os jovens possuem direito à segurança pública: “Art. 37. Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.” (BRASIL, 2013). Contraditoriamente, as

estatísticas apontam para uma realidade bastante conflitante onde esse direito não tem sido garantido em sua plenitude, uma vez que, o crescente número de homicídios, chacinas, morte por bala perdida, morte em detrimento de ações policiais, entre outras, são violências recorrentemente estampadas em noticiários e demonstram com nossos jovens estão desprotegidos¹⁰.

Fato inegável é, que, o público alvo dessa violência tem cor e endereço, em sua grande maioria são jovens negros que vivem nos centros urbanos e moradores da periferia. Aqui fica mais que tangível como o racismo impacta incisivamente na vida dos indivíduos negros. Uma vez que, é por meio do racismo que jovens negros são expostos a condições estruturais precárias. Ferreira (2020), ao tratar sobre juventude negra e saúde mental afirma:

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015 extraídos por Mayo (2016), a proporção de pessoas negras que vivem abaixo da linha de pobreza é mais que o dobro da de pessoas brancas. Existe um percentual muito maior de pobres entre crianças, adolescentes e jovens negros em relação aos grupos de brancos destas mesmas categorias sociais. Há, portanto, uma relação direta entre raça e classe social na economia da morte no Brasil. Devido a um contexto de vulnerabilidade marcado pela falta de investimentos em setores essenciais (como educação, moradia, saneamento básico, lazer, cultura, saúde, segurança pública, transporte, entre outros), adolescentes acabam sendo facilmente aliciados pelas milícias, restando-lhes como únicas possibilidades, em muitos casos, a exploração sexual, os roubos, o tráfico e a reclusão sendo estes meios diretos de exposição à morte. (FERREIRA, 2020, p.24)

Para além, há um outro agravante que se interpõe na realidade dos jovens negros, o estigma social e histórico que eles carregam de serem relacionados a infratores, delinquentes, bandidos, criminosos, entre outros termos absurdos e falaciosos carregados de preconceito racial. Infelizmente, tais preconceitos tão particulares à sociedade brasileira, criam um perfil de imagem de criminalidade que recai sobre a juventude negra. Sendo assim, é bem difundido no imaginário social um imagético completamente deturpado de que o corpo criminoso é preto, periférico, que possui determinado tipo de vestimenta. Esse ideal racista é amplamente danoso para a juventude negra, uma vez que, prejudica e interfere na vida social dessa comunidade, pois inibe a livre expressão dos jovens, além de causar a exclusão social de formas mais incisivas, pois, esses jovens estão mais vulneráveis a abordagem policial e discriminação social de forma geral.¹¹ Costa (2022) aponta que esse processo de estigma

¹⁰ <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-recife-novembro-2022>
<https://fogocruzado.org.br/analise-grande-recife-junho-2022>
<https://fogocruzado.org.br/dia-das-criancas-2022>

¹¹

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/12/22/chavoso-da-usp-tem-foto-colocada-em-album-de-reconhecimento-de-suspeitos-da-policia-civil-surpreso-e-sem-entender-diz-estudante.ghtml>

social sobre os corpos negros se estabeleceu também pelo viés científico, refletindo assim, nas atitudes sociais:

A ciência também teve um papel fundamental na estigmatização do povo negro enquanto um povo propenso a delinquência. Cesare Lombroso, criador da chamada Antropologia Criminal, em seus estudos explicou o crime sob o ponto de vista científico tendo consolidado que o mesmo decorre de um fenômeno biológico, ou seja, acreditava-se que o criminoso era uma pessoa que já nasceu delinquente. Lombroso relacionou essa predisposição a criminalidade a fatores como medida do crânio, assimetria facial, formato das orelhas e principalmente ao tom mais escuro da pele, seus estudos defendiam que a aplicação de uma pena era ineficaz, e que o potencial criminoso deveria ser segregado da sociedade antes mesmo ter cometido o primeiro delito já que sua predisposição a criminalidade era imutável e a sanção penal não iria o regenerar. No Brasil, a teoria Lombrosiana foi rapidamente acolhida e difundida por nomes respeitados como o de Raimundo Nina Rodrigues, Viveiro de Castro e João Vieira de Araújo (COSTA, 2022, p. 3)

Assim sendo, o sistema de filtragem social é um potente mecanismo de exclusão da comunidade jovem e negra no Brasil. Se justifica pela manutenção de uma estrutura arianista e higienista, com profundas raízes racistas, que compõem a estrutura social brasileira, além de deixar explícito o ódio de raça e classe que a elite brasileira sustenta contra a população negra.

É comum encontrarmos certo número de análises inapropriadas que associam as condições sociais e o lugar marginal ocupado por adolescentes negros e periféricos com perspectivas puramente econômicas, sem levar em consideração os embates raciais que as fundamentam. Geralmente, o que se observa são visões que sobrepõem a questão da classe social à racial, como se a primeira fosse determinante para as desigualdades existentes na segunda. No entanto, é preciso reconhecer que o marcador racial é o responsável pela estruturação e hierarquização da sociedade brasileira, determinando vulnerabilidades e violências múltiplas contra a população negra e periférica do país. (FERREIRA, 2020. p.25)

Outrossim, o descaso do Estado brasileiro para com a juventude negra é definitivo para a produção de opressões contra esse público, principalmente porque nega as condições básicas e essenciais para o desenvolvimento pleno desses indivíduos na sociedade. Quando o Estado deixa de viabilizar direitos, ele nega a juventude negra a oportunidade de viver uma vida saudável e menos desigual, ele permite que essas vidas sejam ceifadas simplesmente pela cor da sua pele, ao negar o básico, o Estado destina a juventude negra uma realidade subdesenvolvida, de fome e extrema pobreza, de total exclusão social.

É nesse aspecto que reside o "poder soberano" do Estado estudado por Foucault, ou a política de morte tão bem trabalhada por Mbembe. É no fazer viver e deixar morrer que se executa o projeto de ódio da branquitude contra a população negra. Através do total descaso,

quando o jovem negro deixa de ser enxergado como ser humano, é objetificado, retirado de sua condição humana existencialmente e fisicamente, ele vira o “outro”, o indesejável, o inimigo, o bandido, o menor delinquente, que precisa ser exterminado a todo custo para que assim, a sociedade brasileira possa então ser mais “saudável”. Desta maneira, se fortalece a neurose cultural brasileira de aversão ao negro. Por este motivo (FOUCAULT, 2002, p. 85) afirma que, “O racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo.”

Por fim, Carneiro (2005) ao abordar sobre o valor da vida e da morte, aponta que “A racionalidade que inscreve a branquitude no registro do vitalismo” designa “a negritude no signo de morte”. Em consonância, ao tratar do pacto narcísico da branquitude Bento evidencia como os privilégios históricos dessa classe os guiaram até os dias hodiernos sobre o conforto de poder viver através das regalias oferecidas pelo sistema simplesmente porque são corpos brancos. Enquanto aos negros, a herança designada pela branquitude foi de subalternização e morte. “Privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas.” (BENTO, 2022, p. 64)

No próximo capítulo, será demonstrado através dos dados, como a violência do Estado atinge a vida dos jovens negros no Brasil e mais especificamente no estado de Pernambuco. O debate será guiado através da compreensão do que é segurança pública, quem é a polícia militar e como o racismo presente nas abordagens policiais executam o genocídio da juventude negra.

4. A VIOLÊNCIA RACIAL EXERCIDA PELA POLÍCIA MILITAR CONTRA A JUVENTUDE NEGRA EM PERNAMBUCO

A gente combinamos de não morrer. Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. (Evaristo, 2014, p. 68)

O terceiro e último capítulo irá tratar sobre como a violência racial exercida pelos policiais militares em Pernambuco corrobora para o extermínio da juventude negra. Desta

forma, no capítulo é abordado os debates em torno da segurança pública, o que é a violência policial, quem é a polícia militar de Pernambuco (PMPE), quem é a juventude negra em Pernambuco, o que os dados apontam sobre a violência policial contra a juventude no estado e, por fim, os mecanismos de luta e resistência dos movimentos negros frente a dilacerante realidade de extermínio da população.

4.1 A violência policial

A violência é um fenômeno presente no cotidiano da população brasileira que diariamente interfere na vida dos indivíduos, implicando diversos impactos, como danos físicos, psicológicos e material. O resultado das diversas manifestações da violência, procede no desrespeito dos direitos humanos. Ao falar sobre violência e mais especificamente sobre violência policial, destaca-se a especificidade do debate sobre segurança pública. Conforme Souza e Moraes:

A configuração da Segurança Pública atual tem suas origens na própria formação sócio-político-cultural do Brasil. A discussão sobre a Segurança Pública ganhou destaque em virtude do crescimento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, sobretudo nos grandes centros urbanos, e a aparente ineficácia da ação policial na prevenção da violência criminal. (SOUZA, MORAIS, 2011, p. 2)

Nesse aspecto, considero que analisar o histórico da polícia militar e seu estabelecimento na sociedade brasileira é substancial, uma vez que, a polícia é a “organização administrativa (vale dizer da polis, da civita, do Estado = sociedade politicamente organizada) que tem por atribuição impor limitações à liberdade (individual ou coletivo)”, de acordo com SOUZA, MORAIS, 2011, p.2). A princípio, o surgimento da instituição policial no Brasil é datado ainda no século XVI, no período colonial¹². A construção e estabelecimento da instituição no país é envolta pelo militarismo que foi determinante para a consolidação e controle social que perdura desde o tempo colonial até os dias atuais.

É no período imperial que surge o embrião da polícia no país, derivado desse período é instaurada a Polícia Militar¹³ e Polícia Civil. Desde seu surgimento no país, a instituição está

¹² “Sobre a origem da instituição policial brasileira, uma corrente de pesquisadores do tema acredita que a polícia brasileira nasceu com a primeira guarda militar em solo nacional, a qual acompanhava o 1º Governador Geral da Colônia – Martin Afonso de Sousa – início do século XVI.” (ALVES, 2018, p.124)

¹³ “Outra instituição criada no século XIX foi a Guarda Real de Polícia, que posteriormente deu origem às Polícias Militares do Brasil. Criada em 1809 e organizada militarmente, a Guarda Real possuía amplos poderes para manter a ordem”(ALVES; MORAIS, 2011, p. 5) “Historicamente, as polícias estaduais, em especial a força pública que viria ser denominada de polícia militar, quase sempre, estiveram relacionados na manutenção do status quo da elite que detinha o poder”. (BARROS, 2006, p.27)

a serviço das disputas políticas, de poder e controle social. A despeito disso, as atividades exercidas por esses órgãos estava diretamente ligado a realizar guarda real, além de investigações e apreensão dos indivíduos que cometiam delitos e pessoas escravizadas em fuga. Fica perceptível que o poder policial estava conectado aos dispositivos de poder e autoridade sobre os cidadãos e em serventia da classe dominante.

Em 1808 foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte, com as tarefas de zelar pelo abastecimento da Capital (Rio de Janeiro) e de manutenção da ordem. Entre suas atribuições incluíam-se a investigação dos crimes e a captura dos criminosos, principalmente escravos fujões. O intendente-geral de polícia ocupava o cargo de desembargador, e seus poderes eram bastante amplos. Além da autoridade para prender, podia também julgar e punir aquelas pessoas acusadas de delitos menores. (SOUZA, MORAIS, 2011. p. 4)

Com a instauração da primeira república, há uma reconfiguração na estrutura de poder exercida pelo Estado e, que por sua vez, influencia na polícia. Isso acontece em detrimento da proclamação da república, que altera os rumos da organização política no país, também transformando a composição das classes dominantes. O processo de abolição da escravatura é também um aspecto definitivo para alterar a atuação policial, que agora passa a ser ainda mais repressiva, sobretudo com os negros e a população do campo que migrava para os centros urbanos neste período. Outrossim, um fator preponderante a ser destacado neste período é a mudança no código penal de 1890, a partir deste código passa a existir oficialmente a criminalização de atividades como a capoeira, a prostituição, repressão a vadiagem, entre outras coisas. Tais tipificações demonstram como as leis e a repressão policial operam de forma racista, uma vez que foi criado um ideal de “criminoso”, ou grupos perigosos que “ameaçam a ordem”, ou seja, criminaliza a população negra e privilegia a classe dominante.

A abolição da escravidão, a instauração de um federalismo altamente descentralizado e o rápido crescimento urbano das principais cidades brasileiras exigiram profundas modificações nas instituições policiais. No aspecto social, a abolição da escravidão afetou profundamente o trabalho policial. O papel das polícias no controle social concentrava-se na vigilância das classes. (SOUZA, MORAIS, 2011, p.6)

Na Era Vargas, há o fortalecimento do regime autoritário que é demarcado pela centralização do poder federativo, que implicou para a polícia a atribuição da manutenção do regime autoritário. O foco era o combate “vistos como inimigos do Estado (comunistas, judeus, dissidentes políticos, entre outros) deveriam ser vigiados e controlados, juntamente com as classes pobres perigosas.” (SOUZA, MORAIS, 2011, p. 6)

Em 1934, foi implementada uma ampla reforma na estrutura da Polícia – Decreto nº 24.531, de 2 de junho de 1934. Além de redefinir funções e responsabilidades dos quadros, ampliou-se o poder do Chefe de Polícia e se expandiu a estrutura policial. Como resultado dessas reformas, a chefia de Polícia suplantou a estrutura do Ministério da Justiça e exerceu poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais, conforme Costa (2004). A repressão política empreendida por Vargas apoiava-se no tripé: polícia política, legislação penal sobre crimes políticos e Tribunal de Segurança Nacional. O controle desse aparato repressivo estava diretamente subordinado ao Presidente da República. (SOUZA, MORAIS, 2011, p. 6)

Outrossim, no regime militar, há uma quebra com o processo democrático e o estabelecimento ditatorial que foi operado por militares. Justamente por ser um período marcado pelo militarismo, houve uma predominância das forças armadas. Sendo assim, a atuação da polícia estava vinculada ao combate dos considerados inimigos políticos.

Para tanto, foi necessário reorganizar o aparato policial existente, ampliando sua competência e subordinando-o ao controle das Forças Armadas, especialmente do Exército. A Constituição Federal de 1967, seguindo a tradição brasileira, manteve as Polícias Militares como reserva e forças auxiliares do Exército. Entretanto, introduziu uma novidade: a fim de facilitar o controle do aparato policial, extinguiu as Guardas Cívicas e incorporou seus efetivos às Polícias Militares, que passariam a ser as únicas forças policiais destinadas ao patrulhamento ostensivo das cidades e sob tutoria do Exército brasileiro. (SOUZA, MORAIS, 2011, p. 8)

Com o fim do regime militar e tendo em vista a redemocratização do país na década de 1980, mais especificamente com o processo de construção da constituinte e posteriormente resultou na Constituição Federal de 1988, passa a ser fomentado o debate em torno da segurança pública vinculada à segurança nacional, prevista no artigo 144¹⁴ da Constituição Federal, a segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.” (BRASIL, 1988). Sendo assim, a Constituição traz uma perspectiva mais humanizada para a construção da segurança pública no país, assegurando a dignidade e o respeito aos direitos humanos.

Após compreender o histórico da Polícia Militar no Brasil, é indispensável tecer reflexões a despeito da violência policial, além de quais são os limites do poder policial.

Em primeiro plano, como foi possível observar sobre o histórico da polícia no país, é visível que há antecedentes de violência presentes na sua atuação. Essas violências estão

¹⁴ Art.144- § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

voltadas para a repressão da população, atingindo principalmente as camadas mais subalternizadas da sociedade, ou seja, a classe trabalhadora, pessoas negras, pessoas em situação de rua, etc. Entende-se que essa violência desmedida é componente direto dos abusos de poder que esta instituição desfruta.

Embora se possa falar de um monopólio progressivo do uso da força pelo Estado desde a Independência, as forças policiais brasileiras nunca deixaram de usar a violência e nunca pautaram seu trabalho de controle da população civil em termos de respeito aos direitos dos cidadãos. Durante o Império e a vigência do sistema escravista, as tentativas de criação de uma ordem legal obviamente conviveram com a legitimidade das punições corpóreas inerentes à escravidão. Mesmo depois do fim da escravidão e da ampliação legal da cidadania com a primeira constituição republicana, a ação violenta da polícia continuou a interligar-se de maneiras complexas com o estado de direito e com padrões de dominação. (CALDEIRA, 2000, p.136)

Assim, trazendo um paralelo da relação de violência no país, tal fenômeno esteve envolto e se faz presente na vida do cidadão cotidianamente, sendo materializado desde a fundação do país através de ações repressivas e conflituosas e com o único objetivo de estabelecer o controle social, como descreve Adorno (2012):

No Brasil, desde a colônia a violência esteve incorporada ao cotidiano dos homens escravos e livres, inclusive sitiados, pobres, esposas, filhos e agregados domésticos. No mesmo sentido, da colônia à república, a violência desmedida foi utilizada habitualmente na repressão a movimentos sociais contestatórios, como as revoltas regionais, em especial contra o movimento operário nascente no final do século XIX. Foi traço marcante dos períodos de vigência de ditaduras militares, como a república da Espada- isto é, os dois primeiros governos militares no início do período republicano (1889-94) -, no Estado Novo (1937-45) e no golpe de Estado (1964-85), regimes que perseguiram dissidentes políticos. (ADORNO, 2012, p. 74)

A violência policial, nesse sentido, é uma parte das diversas violências que perpassam a sociedade brasileira, porém é uma coerção que corresponde às demandas do Estado. A violência por sua vez, é um termo fundado na perspectiva de diversificados conceitos, podendo ser caracterizada, conforme Passos:

A noção de violência comporta sempre uma ideia de transgressão de regras e normas e, conseqüentemente, de imprevisibilidade. Carrega ainda uma percepção de ameaça à estabilidade social que tende a uma crise de sociabilidade. Ao constituir-se no avesso da norma e da ordem que instaura seu fundamento e ao manifestar-se como transgressão e ruptura da ordem, a violência manifesta também a base na qual esta mesma ordem se assenta. (PASSOS, 2011, p. 36)

Eventualmente, a violência costuma ser associada comumente ao problema da ordem, ou da falta da ordem. Outrossim, adversidades causadas em detrimento da violência acarretam

nos indivíduos sentimentos de insegurança. Em torno desses aspectos que se suscita a construção do debate em torno da segurança pública. Nesse sentido, (PASSOS, 2011, p. 37) faz uma ponderação: “Encontramos aí as raízes das interpretações que destacam o Estado moderno como detentor do monopólio legítimo da violência, constituído mediante processos de racionalização da sociedade moderna. Assim, podemos compreender ainda a polícia como instrumento estatal de coerção para “manter a ordem” na sociedade.”

Ademais, a violência é caracterizada também como dispositivo de manutenção das desigualdades, principalmente quando o uso de ações truculentas são viabilizadas para inibir/coibir as camadas mais pauperizadas da sociedade. Inserida nessa perspectiva, a polícia no Brasil é uma instituição que dispõe da violência como prática interferir diretamente no controle populacional. Para além, tal prática encontra-se apoiada legalmente principalmente quando se trata da garantia de privilégios e manutenção da dignidade de determinados corpos (das classes mais altas), enquanto outros corpos lidam diretamente com desrespeito e maus tratos.

Para as classes trabalhadoras, o tratamento violento tem sido norma. Além disso, para essas classes o código de desigualdade pode não ser escrito, mas é explícito. (Às vezes também é escrito: a legislação brasileira garante tratamento preferencial pela polícia e pelo sistema carcerário para qualquer "doutor", ou seja, qualquer pessoa com grau universitário). A violência é a linguagem regular da autoridade, tanto pública quanto privada, isto é, do Estado ou do chefe de família. Não pode, conseqüentemente, ser vista como um operador entre códigos ou universos ou como uma força usada apenas como último recurso. (CALDEIRA, 2000, p. 139)

A grande questão aqui é indagar como em um país democrático e que possui a segurança pública enquanto direito do cidadão e dever do Estado, é capaz de promover tamanha legitimidade para a violência policial, estabelecendo assim uma relação contraditória, uma vez que, quem deveria garantir nossa proteção é nosso algoz. A explicação para constantes abusos de poder por parte da polícia é determinada por decisões administrativas e políticas que delineiam os abusos institucionais e o medo da população. Todavia, não é novidade que para tal violência haja um alvo, os considerados “criminosos”, que são as pessoas negras, a população mais afetada pelas atrocidades policiais. A marca dessa violência e perseguição é derivada de questões estruturais, mais especificamente da violência estrutural. “Esse tipo de violência é tida como velada, em virtude de ser sistêmica, sendo caracterizada pela extrema adversidade que se tem para obter uma mínima qualidade de vida.” (BARROS, 2006, p. 14).

Albuquerque (2012) aborda que os estudos sobre o histórico das polícias, mas principalmente sobre a polícia no Brasil é algo muito recente, e as pesquisas encontram-se voltadas para os conflitos bélicos e acontecimentos pontuais ao longo dos tempos. Como já trabalhado no tópico anterior, a polícia militar no Brasil surge no século XIX com a chegada da família real e com a criação do Decreto Imperial de 11 de junho de 1825, assim nasce a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). Ao longo dos anos a instituição passou por alterações, e nos exatos 198 anos da instituição no Estado, gostaria de focar brevemente na atuação da PMPE em conjunto com o Programa Pacto pela Vida (PPV).

O Pacto pela Vida é uma política pública de segurança que visa a diminuição da criminalidade e dos homicídios no estado por intermédio de estratégias policiais conjuntas. O PPV foi instituído no ano de 2007, no governo de Eduardo Campos, e tinha como objetivo a redução da taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais em 12% ao ano. Tal política tem razão de ser, e surge pois, no ano de 2006, quando Recife apresentou a maior taxa de homicídio entre as capitais do país. Sendo assim, a política visa diminuir os delitos causados por homicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e auto de resistência. (PERNAMBUCO, 2007). É importante pontuar que, a política funciona de maneira integrada e propõe a participação conjunta das seguintes instituições: Poder Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria de Defesa Social, Secretaria da Mulher, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria de Ressocialização, além dos municípios e a União (PERNAMBUCO, 2007). Tendo em vista a conceituação da política, nos seus primeiros anos de implementação é possível constatar que houve uma diminuição nos níveis de criminalidade no estado.

Entre os anos de 2008 e 2012, o programa conseguiu o feito de deixar o percentual negativo da taxa de números absolutos de homicídio com variação de - 25,16%, representando uma redução de mais de mil assassinatos (ZAUERUCHA; NÓBREGA JR., 2015, p.7). No ano de 2013, considerado o mais relevante em termos de resultados obtidos pelo PPV, o número de homicídios era de 3.100, revelando uma queda drástica de cerca de 32% se comparado ao ano de 2007 - ano de implementação do PPV - que marcava uma taxa de 4.591 homicídios ao ano. (LÓBO, 2021, p. 4, apud, ZAUERUCHA; NÓBREGA JR, 2015, p.7)

Mas o fato inegável é que após mais de uma década de sua implementação, os números de diminuição da criminalidade não são mais tão relevantes e até mesmo propõe que há um declínio, um fracasso da política, uma vez que nos dias atuais, o número de homicídios e violência no contexto geral são alarmantes no estado. De acordo com dados da Secretaria de Defesa Social (SDS), Pernambuco é o estado com o maior número de mortes violentas no

ano de 2022 ¹⁵ foi registrado 35,3 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Para mais, no mesmo ano foram registradas 3.420 mortes violentas no estado.

Na dissertação intitulada "Avaliação dos resultados do pacto pela vida e a dinâmica dos homicídios nos municípios de Pernambuco" de Jocsã Carlos Leite de Oliveira, é trabalhado o esgotamento do PPV entre os anos de 2014-2016.

Entre os anos de 2014-2015 há uma elevação na taxa de homicídios no estado de Pernambuco, aferindo um “aumento de 33,92 para 36,46 homicídios por cem mil habitantes (um aumento de aproximadamente 7,5%). Em 2015, a taxa passou de 36,46 para 37,83 (cerca de 3,8% de aumento).” (OLIVEIRA, 2016). Diante de tais números, Oliveira aponta para um esgotamento do Pacto pela Vida, é resultado de fatores de ordem política.

Mas outro fator que chama a atenção é para a questão de que o PPV possui um destaque para um eixo repressivo pois, foca de maneira muito incisiva na repressão e punitividade dos indivíduos.

O documento ressalta que, nas democracias constitucionais, o monopólio estatal da violência é um meio legítimo para que os direitos individuais possam ser assegurados (PERNAMBUCO, 2007). É por meio desse monopólio que o Estado pode dirimir conflitos entre os particulares e essa é uma dimensão básica da segurança pública. Por isso, a repressão qualificada da violência constitui o eixo central do PPV-PE. (OLIVEIRA, 2016, p. 69, apud, PERNAMBUCO, 2007)

Por fim, por mais que o PPV possua a devida importância enquanto um plano que se propôs a intervir nas questões de segurança pública a nível estadual, não podemos fechar os olhos para o foco repressivo da política e sua perspectiva carcerária, como bem sinalizado por Lôbo (2021):

“Essa perspectiva apesar de não alterar as raízes da violência e da criminalidade, sobretudo por estar desgarrada da realidade social, se apresenta de forma positiva para os governos e os partidos que a implementam, porque fazem parecer que algo está realmente sendo feito para mudar as problemáticas presentes no cotidiano, quando, na verdade não passam de ações paliativas de curto prazo.” (LÔBO, 2021, p.13)

Sendo assim, como parte constitutiva da construção de um sistema de segurança que possui inúmeras fragilidades, o Pacto pela Vida é punitivista e por isso falha amargamente em sua aplicação. Por estar mais focado no combate da criminalidade ainda arraigada nos pilares da truculência e do uso da força, reforça os preconceitos e violências institucionais que potencializam as problemáticas, criminalizam os indivíduos e não acaba com a violência, só a

¹⁵<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/03/01/pernambuco-tem-maior-numero-de-mortes-violentas-por-100-mil-habitantes-no-brasil-e-registra-aumento-de-assassinatos-em-2022.ghtml>

potencializa. Em continuidade, no próximo tópico será debatido como as violências, mas principalmente a violência racial é reproduzida pela Polícia Militar e afeta a vida de jovens negros e periféricos que morrem nas mãos de uma polícia racista que traça uma realidade de genocídio para a juventude negra no estado de Pernambuco.

4.2 O processo de genocídio da juventude negra em Pernambuco, o que os dados apontam?

Este ponto da pesquisa se estabelece tendo em vista que no ano de 2020 houve um aumento exponencial da violência e por extensão de mortes entre o público infantil e jovem no Brasil, principalmente no estado de Pernambuco. As fontes de dados e levantamentos utilizados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), uma organização não-governamental que integra pesquisadores de diversas áreas que possui como objetivo a contribuição para a transparência das informações sobre violência no país. Os levantamentos do Fórum utilizados para esse trabalho são “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022” e “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.” Também foi utilizado os levantamentos da Rede de Observatório de Segurança que opera juntamente com sete instituições Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas, da Bahia; Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Ceará; Rede de Estudos Periférico (REP), do Maranhão; Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), de Pernambuco; Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC), do Piauí; Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), de São Paulo. A Rede de Observatório de Segurança possui como objetivo o acompanhamento das políticas públicas voltadas para a segurança, além da análise da violência e criminalidade nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Os levantamentos utilizados neste trabalho são: “Pele alvo: a cor que a polícia apaga”, “Pele-alvo: a cor da violência policial”, “A cor da violência policial: a bala não erra o alvo”. Para mais, o levantamento feito pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) em conjunto com o Marco Zero Conteúdo, que produziram “quando a morte veste farda”, o trabalho traz um importante panorama da situação da violência policial no estado e que viabilizou a construção deste trabalho de conclusão.

Segundo a Rede de Observatórios de Segurança, Pernambuco é o pior lugar para ser jovem no Brasil. Conforme o levantamento “Pele alvo: a cor da violência policial” (2021) elaborado pela Rede de Observatórios de Segurança, é apontado que no ano de 2020, 97,3%

das pessoas que morreram em ações policiais no estado de Pernambuco, são negras. Os números são realmente díspares, uma vez que dentro desse universo há uma grande discrepância na cor das vítimas, 109 pessoas pretas e pardas foram executadas pelas polícias, enquanto apenas 3 pessoas brancas tiveram suas vidas interrompidas. Em Recife, a capital do estado, das pessoas que foram mortas em ações policiais, 100% eram negras.

Outrossim, o levantamento “A pele alvo: a cor que a polícia apaga” (2022) indica que no ano de 2021, dentre as pessoas vítimas da violência policial, 96,2% são pessoas pretas e pardas, enquanto 3,8% são brancas. Os números apontam a brutalidade e assimetria dos corpos friamente assassinados por agentes do Estado, além de também refletir no abuso do poder que é dado aos policiais. Não há dúvidas, o alvo da Polícia em Pernambuco demonstra ser um só, homens, negros, jovens e periféricos.

Diante da realidade exposta pelos dados, é incontestável que o racismo é o motivador principal dessas mortes, uma vez que, seu alvo principal é o corpo negro. O alvo é majoritariamente a pele negra e isso não é à toa e demonstra o racismo profundamente presente nas abordagens pertencentes à natureza institucional da Polícia Militar. Sendo assim, é incontestável que há um projeto de genocídio desta população sendo concretizado pela força policial em Pernambuco. Aqui o termo genocídio não é aplicado apenas como mera forma de chamar atenção, mas sim uma denúncia das altas taxas de mortes violentas que afetam os jovens negros, sendo detrimento de um processo que vem se estabelecendo neste país há séculos. Frente a números de cenário de guerra, percebemos que a vida do jovem negro não possui valor para o Estado. Outrossim, as vidas dos jovens negros friamente assassinadas não deveriam ser tratadas com tamanha naturalidade ou virar apenas uma pequena matéria nos noticiários que cooperam para a naturalização dessas mortes, como vem frequentemente acontecendo no estado. Ao focar na discrepância entre os números de mortes entre negros e brancos, nos deparamos com um processo típico do racismo brasileiro, que é o local do privilégio e importância que o Estado brasileiro atribui às vidas brancas, pois, a branquitude deste país é enxergada enquanto indivíduos dignos de humanidade. De fato, a violência impacta de forma geral a vida dos cidadãos brasileiros, mas como aponta os dados da Rede de Observatórios de Segurança, os indivíduos negros são desproporcionalmente afetados, e não há como negar que o racismo corrobora para que essas vidas sejam interrompidas. Faz parte do pacto muito bem regulado pela branquitude que proporciona privilégios estruturais apenas para corpos brancos.

A violência racial presente no cotidiano da juventude pernambucana deixa escancarado o quão falha é a segurança pública no estado e como ela colabora para a

manutenção da hierarquia racial. Não é aceitável que na capital do estado 100% das vidas ceifadas apenas no ano de 2020, sejam negras, porém, infelizmente é entendível como tal injustiça se estabelece e permanece se reproduzindo, é resultante das relações coloniais quase que intactas na sociedade pernambucana, é parte constitutiva da hierarquia social desse estado, componente de um passado não muito distante da nossa história. Nesse sentido, é importante destacar que o indivíduo negro morto pelas mãos de policiais não é um criminoso que precisa ser exterminado, para que a sociedade viva em plena harmonia e sem criminalidade. Ele é vítima desse sistema racista que produz a sua morte e visa a sua eliminação.

Para mais, cabe destacar que, em 2020, o mundo atravessava por um momento muito delicado para a saúde global devido à crise sanitária causada pela pandemia do covid-19.¹⁶ Nem mesmo no momento em que ficar em casa foi necessário para resguardar as vidas, a truculência policial foi cessada. Em junho de 2020, o Superior Tribunal Federal (STF), emitiu uma decisão liminar provisória que restringe as operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia.¹⁷ Mesmo com o decreto as operações não foram interrompidas e os casos de morte em detrimento das operações policiais continuaram crescente. A exemplos, no período dois casos tristemente revoltantes se destacaram, como o caso João Pedro e Kathelen Romeu.¹⁸

Por mais que a decisão do STF seja direcionada apenas ao estado do Rio de Janeiro, ilustra bem o contexto caótico no qual a segurança pública vem atravessando no país. Mesmo em um momento tão atípico para a sobrevivência humana, no Brasil, pessoas negras e pobres se encontravam no dilema entre ter que se proteger do vírus, mas também da violência policial.

Infelizmente, é fato que o Brasil perdeu, entre 2019 e 2020, uma grande oportunidade de transformar a tendência de redução das mortes violentas intencionais observada entre 2018 e meados de 2019 em algo permanente e que servisse de estímulo para salvar ainda mais vidas. O Brasil perdeu-se em múltiplas

¹⁶

<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid.g.html>

¹⁷ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448994>

¹⁸ Kathelen Romeu: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/08/protesto-fecha-estrada-grajau-jacare-pagua-nos-dois-sentidos.ghtml->

João Pedro: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/08/protesto-fecha-estrada-grajau-jacare-pagua-nos-dois-sentidos.ghtml->

narrativas políticas em disputa e a população, mais uma vez, está tendo que lidar com os efeitos deletérios e perversos de um modelo de segurança pública obsoleto e que até hoje não foi palco de grandes reformas, mesmo após a Constituição de 1988.(MARQUES;BARROS, 2020, p. 26)

O “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”(2020) produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizado em 2020¹⁹ aponta que no Brasil houveram 4.387 mortes decorrentes da intervenção da Polícia Militar. No estado de Pernambuco essas mortes apresentam um salto significativo, uma vez que, no ano de 2019 houveram 32 mortes e em 2020, 55 mortes.²⁰ Fato inegável é que tal violência possui sexo, cor e idade no Brasil. O maior alvo da violência são jovens entre 18 a 24 anos, 44,8% desse público foram alvo de intervenções policiais que resultaram em morte, 98,4% são homens e 78,9% são negros. Ainda de acordo com fontes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2020 em Pernambuco, das mortes gerais em decorrência da ação policial, o estado chegou a triste marca de 108 pessoas mortas por policiais militares.

Das mortes decorrentes de intervenção policial registradas, conforme o FBSP, ocorreram, majoritariamente, em serviço e com participação de policiais militares. Estes foram os autores de 72,7% das mortes, enquanto policiais civis foram responsáveis por 2,8% dos casos em 2020. Em 24,5% dos casos a informação sobre a autoria não estava disponível. 71,8% dos casos de morte decorrente de intervenção policial ocorreram em serviço e apenas 3,7% se deram fora de serviço.

No ano de 2021, conforme o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública” (2022), por mais que os dados apontem uma leve diminuição se comparado ao ano anterior, o quantitativo de vidas ceifadas por agentes do Estado continua elevado. Em 2021, em Pernambuco, 92 pessoas foram mortas em ações realizadas por policiais militares. Ainda referente ao mesmo ano, nacionalmente, também houve uma diminuição significativa no caso de mortes em detrimento de intervenções policiais no país, 4.035 pessoas foram vitimadas, mas o público alvo continuou sendo o mesmo, homens jovens e negros. Nesse ano, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino, 74% tinham até 29 anos.

Conforme os levantamentos realizados pelo FBSP, notamos a crueldade do Estado brasileiro que entrega ao gatilho das armas policiais o destino da vida de jovens negros no Brasil e no estado de Pernambuco. Refletindo sobre os números relatados nesses levantamentos, podemos perceber em primeiro plano, como a juventude negra é a população

¹⁹ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>

²⁰ Importante pontuar que estão contabilizadas somente as vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço.

mais atingida por essa violência. A explicação para isso se estabelece em detrimento da criação da imagem de criminoso criada por esse sistema racista para culpabilizar os corpos negros, principalmente os corpos negros e jovens. Historicamente, o uso de uma ideologia que tem sua gênese com a criminologia, sobretudo cunhada na teoria de Lombroso que visava justificar a existência de perfil criminal por meio de explicações supostamente científicas e que foi amplamente utilizado no Brasil por décadas, o corpo negro nesse contexto, é vítima de uma estrutura que o aponta como criminoso que precisa ser exterminado, de uma sociedade que defende o ideal de “bandido bom é bandido morto” (mas só se esse bandido for preto). Nesse aspecto, os números alarmantes também alertam para a situação de fragilidade que a juventude negra se encontra, uma vez que, por não ser enxergado enquanto cidadão que possui direitos, a sua existência está o tempo todo ameaçada, independente do local que esse corpo habite

Ademais, há de se destacar outro fator que os dados apontam, também morre quem atira, e assim, como mais civis negros morrem nas mãos do Estado, policiais negros também se encontram nas estimativas desiguais dessas mortes. Segundo o levantamento do FBSP, no país, em 2021, 97,7% dos policiais civis e militares do sexo masculino foram mortos em confrontos em serviço. Dentre esses, 67,7% eram policiais negros. Outrossim, dentre essas mortes, há uma questão muito preocupante, tendo em vista que os policiais negros representam o menor quantitativo dentro das corporações, apenas 42%, enquanto 56,8% são policiais brancos. Tal realidade é um reflexo da sociedade racista a qual vivenciamos. Desta maneira, a lógica do racismo estrutural opera também dentro dessas instituições, mesmo que sejam policiais, permanecem sendo indivíduos negros, pertencendo aos cargos de mais risco dentro de sua profissão. Aqui enxergamos de forma bastante nítida a crueldade do racismo, uma vez que, mesmo de diferentes lados, a vida interrompida permanece sendo negra. Presos em relações desiguais e permanecendo em uma posição subalterna que se perpetuam mesmo em diferentes esferas sociais e são herança de tempos assombrosos da vivência colonial. E como bem exposto por (FANON, 2006, p. 26), “o negro é um homem negro, isto é, em decorrência de uma série de aberrações afetivas, ele se instalou no seio de um universo do qual será preciso removê-lo.”

Os números por si só já denunciam uma realidade abrupta que milhares de jovens negros vivenciam cotidianamente neste país. Porém, ser negro no Brasil, implica, na maioria dos casos em também ser pobre. Desta forma, a situação de vulnerabilidade em que se encontram esses indivíduos não são apenas a insegurança e o medo de abordagens policiais e posteriormente a morte. Existe também uma realidade permeada pela extrema pobreza,

desemprego e fome. De acordo com o levantamento de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Pernambuco 67,9% das pessoas são negras ou pardas, sendo 60,4% pardos e 7,4% negros. No país, 60,1% dos jovens entre 15 e 29 anos são pretos e pardos, ademais, no estado de Pernambuco 54,2% dos pretos e pardos sobrevivem com menos de um salário mínimo. Sendo assim, após o conhecimento da realidade desse público por meio dos dados, fica notório que a condição de vida apresentada para os jovens negros em Pernambuco é completamente precária e desigual. Uma realidade de pobreza, desemprego, fome, violência e sobretudo desigualdade racial que coopera, infelizmente para um final trágico, onde o Estado é ausente e não proporciona políticas públicas para essa população e a polícia, responsável por mortes injustas, como as mortes de William Melo²¹, Jhonny Ferreira²², Marcone e Deyvison²³.

Ademais, como outro fator necessário a ser analisado, entre os anos abordados nesta pesquisa (2020 e 2021), o país atravessava por um momento muito crítico no cenário político que foi marcado por inúmeros retrocessos em diferentes esferas, mas sobretudo, pelo desrespeito aos direitos humanos. Sobre tal questão, especificamente, a Anistia Internacional elaborou um levantamento intitulado “1000 sem direitos: as violações do governo Bolsonaro”, onde é demonstrado falas e atitudes do presidente que colocaram em risco a vida de milhares de brasileiros. Em 2019, Jair Messias Bolsonaro foi eleito à presidência do país, e nesses anos, o retrato do Brasil no governo Bolsonaro, foi definido pela supressão total dos direitos humanos. O povo brasileiro sobreviveu a quatro anos de um desgoverno descompromissado com as minorias e avanços sociais,²⁴ uma gestão assumidamente conservadora, fascista, neoliberal, pautada na militarização e no desmonte das políticas públicas. Com um ex-militar à frente da direção do país, não é de se estranhar que os discursos pró violência tenha aumentado substancialmente, porém, para além de frases ofensivas proferidas pelo então presidente, existia também um objetivo concreto de eliminação de corpos negros e insenção militar. Apesar disso, temos duas ocasiões relevantes que apontam para essa grande

²¹

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2020/01/13/homem-e-baleado-e-morre-em-acao-da-policia-militar-em-festa-de-rua-na-zona-sul-do-recife-397120.php>

²²

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/07/policia-e-corregedoria-da-sds-investigam-morte-de-adolescente-em-abordagem-da-pm-em-jaboatao.ghtml>

²³

<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/11/11996346-corpos-de-tio-e-sobrinho--que-teriam-sido-mortos-pela-pm-em-itamaraca--sao-enterrados.html>

²⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/03/politica/1546485608_147292.html

problemática. Em primeiro lugar, os autos de resistência que basicamente se estabelecem na legitimidade concedida ao policial de matar indivíduos suspeitos e alegar legítima defesa. O auto de resistência²⁵ é uma medida administrativa criada na ditadura militar e tem o claro dever de justificar e resguardar a violência policial perante a lei. Infelizmente, mesmo que demonstre ser um claro desrespeito aos direitos humanos, a medida dura até os dias atuais.

No ano de 2012 foi criado um projeto de lei (PL 4471/12) que prevê alterações no auto de resistência, no entanto, o projeto não institui regras para investigação em mortes por causa de ações policiais. A Anistia Internacional, por exemplo, critica veementemente a medida, ao apontar que, alterar a nomenclatura de auto de resistência para "resistência seguida de morte" não irá diminuir a violência policial.²⁶ Muito pelo contrário, só irá beneficiar a instituição e isentar do crime os policiais que matam indevidamente os corpos negros.

Em segundo lugar, o excludente de ilicitude previsto no artigo 23 do Código penal dispõe das causas que não configuram como crime quando um agente do Estado pratica os seguintes fatos: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular do direito. Ademais, Bolsonaro tentou em sua gestão ampliar o excludente de ilicitude, enviando para a câmara no ano de 2022 um projeto de lei chamado "excesso de exculpante" que praticamente possui a mesma função do excludente de ilicitude.

Por fim, não se pode esquecer do pacote anticrime proposto logo nos primeiros meses do governo, criado pelo então ministro da justiça, Sérgio Moro. A proposta consistiu na alteração de 14 leis do Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, Lei de Crimes Hediondos e o Código Eleitoral. Tais alterações tinham como objetivo, de acordo com o ministro, o combate ao crime organizado. Conforme Moro (2019), "não é a dureza da pena que resolve o problema, mas a certeza da aplicação." O pacote chegou a ser sancionado, porém, com vetos. Sobre a temática, o portal Geledés (2019) aponta que "não há redução de danos aos negros."²⁷ Desta forma, acompanhamos uma perpetuação histórica da criminalização do corpo negro, o recrudescimento das leis prejudica sempre os indivíduos dessa cor. Já não é mais surpreendente que indivíduos brancos, em sua maioria, na gestão do poder, sejam comprometidos com pautas políticas que viabilizam os mecanismos de poder estatal e decidem em torno de uma política de morte quais corpos são elegíveis à repressão.

²⁵

https://wikifavelas.com.br/index.php/Auto_de_resist%C3%Aancia:_a_omiss%C3%A3o_que_mata#:~:text=O%20projeto%20%E2%80%9CAuto%20de%20resist%C3%Aancia,o%20aumento%20da%20viol%C3%Aancia%20policial.

²⁶ <https://www.geledes.org.br/novo-termo-para-auto-de-resistencia-nao-combate-a-violencia-policial/>

²⁷ <https://www.geledes.org.br/pacote-anticrime-nao-ha-reducao-de-danos-aos-negros/>

De fato, Bolsonaro e sua equipe executaram uma gestão comprometida com tudo que prometeram na campanha eleitoral, aumento da militarização, desmonte dos direitos sociais, repressão às minorias. Infelizmente, é compreensível o porquê do aumento das mortes de jovens negros em diversas regiões do país, justamente entre o período de 2019 a 2022. O aumento não aconteceu por acaso, ele fazia parte de um plano político muito bem traçado e disfarçado de combate ao crime e tinha um só objetivo, a isenção de militares sobre genocídio da população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do debate exposto até aqui, fica mais que evidente as chagas causadas pelo racismo tem se apresentado enquanto processo que acaba por destinar aos jovens negros a morte. Frente a latente realidade de ter que enfrentar para além das múltiplas dificuldades, a violência policial. É inegável o fato que o Estado tem assumidamente executado um verdadeiro processo de genocídio da juventude negra não só no estado de Pernambuco, como em todo Brasil. Conforme Achille Mbembe, (2018) o Estado brasileiro tem exercido sua soberania sobre os corpos negros, através de uma política de morte que se apresenta bem delineada, uma vez que por anos e anos a branquitude desse país cria mecanismos, inclusive legais para o extermínio do negro brasileiro.

Tendo em vista que essa monografia teve como objetivo compreender o porquê a violência policial atinge a juventude negra e mais especificamente homens negros e jovens, foi possível constatar que esses corpos são alvo da violência policial devido ao processo de racismo que é intrínseco à sociedade brasileira. Os jovens negros são os principais alvos dessa violência, pois, historicamente sua existência nesse país foi fortemente vinculada a um lugar de criminalidade.

O argumento de que pessoas negras são naturalmente criminosas faz parte de um universo repleto de ideologias que se fantasiam de ciência, como a ideia de democracia racial, por exemplo, predominante no nosso ideário cultural e acadêmico até os dias atuais e como proposto por Abdias Nascimento (2016), a democracia racial é uma preponderante ideologia que corrobora para o genocídio do negro no Brasil, uma vez que coopera para a discriminação racial no país. Sendo assim, é possível constatar que o racismo no Brasil possui raízes históricas e que não dá para escamotear essa questão que mantém viva as inúmeras desigualdades fomentando assim um sistema que privilegia a branquitude e desfavorece os

corpos negros e indígenas. Outrossim, é inegável que as relações raciais nesse país são profundamente conflituosas e que causam consequências avassaladoras no cotidiano da comunidade negra, uma vez que o negro possui as piores condições de vida apenas por causa da cor de sua pele. Sendo assim, no Brasil, a comunidade negra encontra-se em situações de vulnerabilidades múltiplas, como fome, desemprego, baixa escolaridade etc. Por sua vez, o racismo no Brasil não é apenas refletido nas relações interpessoais, mas se concretiza também através das estruturas e instituições que o reverberam, excluindo assim a população negra.

Levando em consideração toda estrutura racista e principalmente o racismo institucional, as instituições policiais reproduzem o racismo no país. Para além, não se pode deixar passar despercebido a questão do papel da Polícia Militar está fortemente vinculada às práticas de repressão e controle, sendo assim, o uso da violência utilizado por esta instituição tem se intensificado desde o período da ditadura de 1964 e por mais que tenha passado por reformulações, ainda sim, acompanhamos respostas truculentas e o uso excessivo da autoridade na atuação da PM.

A resposta violenta e o uso exacerbado da força policial é um dos muitos caminhos para que possamos compreender a gravidade da violência policial na nossa sociedade. Por este motivo, destaca-se o importante papel do movimento negro na luta pela defesa da vida negra e contra a violência policial que cerca a comunidade preta no país desde sempre. Graças a permanente militância e mobilização dos coletivos negros que alguns casos de violência policial, sobretudo contra a juventude não passam despercebidos e sem o devido holofote sobre a realidade, por este motivo, o recorte temporal proposto para este trabalho (2020-2021) é um período muito delicado para a comunidade negra, em geral. Mas importante para a luta antirracista. O ano de 2020, especificamente, foi determinado pela truculência policial a comunidade negra. O caso de George Floyd²⁸, homem negro brutalmente assassinado por um policial nos Estados Unidos, causou revolta e dor imensurável pelo teor cruel de seu falecimento. Após o ocorrido, os movimentos negros ao redor do mundo, sobretudo o “Black Lives Matter” (vidas negras importam), através de muita luta foram essenciais pela justiça e memória das pessoas negras vítimas da violência policial.

No Brasil, infelizmente, a realidade não é muito diferente, os movimentos negros saíram nas ruas em um momento tão crítico quanto a pandemia, onde a população negra se encontrou cercada por múltiplas situações que os expuseram a situação de vulnerabilidade

28

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-co-m-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

social, os movimentos negros se mobilizaram nas ruas, a exemplo do dia 13 de maio de 2021, para lutar pela sua existência e reafirmar a importância das vidas negras e exigir o fim do genocídio negro, sob o lema “Nem bala, nem fome e nem covid. O povo negro quer viver!” no qual foi preciso reafirmar o básico, vidas negras são importantes. Enquanto as ações policiais incontáveis continuavam acontecendo nas comunidades, instaurando caos, desordem e ceifando a vida de diversas crianças, adolescentes e adultos. Alguns casos como a chacina do Jacarezinho²⁹ que ocorreu no Rio de Janeiro em 2021, e mais recentemente, a chacina da Gamboa³⁰, na Bahia, tragédias que marcaram a crueldade das ações policiais durante os quatro últimos anos. Não fosse a organização dos movimentos negros nesse período tão delicado, a memória e a luta por justiça pelas nossas crianças e jovens negros não estariam mantidas. Neste tópico será dado o enfoque a dois movimentos específicos e algumas dentre as muitas ações nesse período, sendo eles: Movimento Negro Unificado (MNU) e a Coalizão Negra por Direitos.

Para além da organização nos espaços públicos, tanto o MNU, quanto a Coalizão Negra por Direitos foram incisivas na exposição da crueldade do estado brasileiro e a barbárie que tem sido exercida sobre os corpos negros. Destacam-se algumas denúncias realizadas por esses movimentos ao longo do governo Bolsonaro.

Em primeiro plano, a carta elaborada pela Coalizão Negra por Direitos para comissão Interamericana de Direitos Humanos no dia 6 de março de 2020, onde foi denunciado o aumento da violência policial e o agravamento do genocídio da população negra no Brasil.

A Coalizão peticionária tem por objetivo denunciar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos as atuais ações, políticas e protocolos de uso da força implementados pela polícia militar brasileira, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, que contribuem para acentuar gravemente a estrutural e sistemática violação de direitos sofrida pela população negra no Brasil, incluindo o direito à vida, à integridade pessoal, à liberdade pessoal, às garantias judiciais, à proteção da família, e à proteção judicial, conforme previsto nos Arts. 4, 5, 7, 8, 17 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, todos em relação aos Arts. 1.1 e 2 da Convenção. (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2020, p.2)

29

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/05/jacarezinho-1-ano-apos-28-mortes-10-de-13-investigacoes-do-mp-foram-arquivadas.ghtml>

30

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/03/01/jovem-e-morto-e-outros-dois-sao-baleados-em-acao-da-pm-na-gamboa-em-salvador-comunidade-protesta.ghtml>

Essa carta é uma das muitas denúncias produzidas pela Coalizão Negra por Direitos³¹, que em todo esse período foi um movimento ativo na articulação e reivindicação pelos direitos da população negra, tanto na luta pela reivindicação da justiça pelas vidas exterminadas pela truculência policial, quanto na exigência por condições básicas e dignas para a sobrevivência do povo negro no período pandêmico. O mesmo se estende ao MNU, evidencia-se o documento publicado em 25 de março de 2020 que também denuncia a gestão Bolsonaro, apontando que sua gestão pode matar os corpos negros. Assim, o MNU declara em carta “No (des) governo de Jair Bolsonaro – governo de homens brancos, ricos, heterossexuais, de direita – não existe nenhum projeto de políticas públicas para a superação das violências raciais, pelo contrário, todas as iniciativas que apontavam mesmo que minimamente para essa perspectiva foram abandonadas. O governo é um contumaz praticante da supremacia racial branca. É crime. É Brasil.”

Outrossim, cabe destacar o papel dos movimentos negros na reivindicação de justiça juntamente com os familiares das vítimas da violência estatal.³² Onde a maioria atingida são as mulheres negras, mães, avós, irmãs, primas, esposas, que se quer o direito ao luto possuem³³, uma vez que precisam mobilizar a dor em luta pela justiça das vidas de seus entes queridos. (ARAÚJO, ARGOLLO, 2017, p. 7) apontam que, “Enquanto elaboram o luto da perda, muitas mulheres atravessam uma dolorosa trilha: lidar com produções discursivas e representações que tentam instituir uma incapacidade de exercer a maternidade.” As mulheres que unem para o enfrentamento de uma violência que se apresenta múltipla para elas, não só ter que lidar com a dificuldade da perda, mas ter que encarar o julgamento dos casos, a crueldade das mentiras que circulam nas mídias entre tantas outras situações que vitimizam tanto elas seus parentes falecidos. Muitas delas organizam sua dor e revolta em luta social pela vida dos seus e pela vida de tantas outras vidas vitimadas pela violência policial, a exemplo das mães de maio.³⁴

³¹ <https://www.geledes.org.br/coalizao-negra-por-direitos-denuncia-racismo-e-a-violencia-policial-nas-americas/>
<https://www.geledes.org.br/coalizao-negra-por-direitos-organiza-ato-nacional-pela-manutencao-do-auxilio-emergencial-e-por-vacina-para-todos/>
<https://www.geledes.org.br/movimento-negro-cobra-auxilio-emergencial-de-r-600-e-vacina-para-todos-pelo-sus/>

³²

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/12/maes-de-mortos-em-aco-es-policiais-lembram-vitimas-em-ato-no-stf-meu-filho-nao-foi-socorrido.ghtml>

³³

<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/19/maes-cobram-o-fim-do-extermínio-da-infância-e-da-juventude-negra-da-bahia>

³⁴

<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>

Esses grupos surgem em face da ausência de respostas dos órgãos oficiais diante das mortes e desaparecimentos dos seus filhos. As mães buscam na ação coletiva uma forma de pressionar agentes públicos e de denunciar para os demais setores da sociedade as frequentes violações de direitos a que estão submetidas. As principais pautas desse movimento são a denúncia do encarceramento em massa e a luta por justiça, memória e reparação para casos de desaparecimento forçado e homicídios praticados por agentes do Estado. (ARAUJO, SOUZA, SILVA, 2022, p. 1328)

Por fim, os movimentos negros possuem uma atuação histórica, sobretudo no Brasil, pela luta e reivindicação de condições de vida mais dignas. As inúmeras ações ao longo dos tempos, mas principalmente durante os quatro últimos anos tenebrosos a qual a sociedade brasileira atravessou, foi de suma importância para comunidade negra, sem seus constantes protestos e denúncias contra as monstruosidades estatais, que foram impostas a população negra, a situação do negro no Brasil hoje seria muito mais penosa.

Enquanto ao estado de pernambuco, o cenário não se distingue muito do resto do país, mas sendo um estado que foi uma das principais fontes de lucros do sistema colonial em um passado remoto, é inegável que as relações herdadas do período da casa grande e senzala permanecem bem preservadas, mesmo após 134 anos da abolição da escravatura. A ferida colonial ainda é latente nesse estado porque é um passado recente, a preservação não ocorre apenas na sua estrutura arquitetônica, mas também há toda uma conservação da desigualdade social. As favelas do estado de Pernambuco são como Carolina de Jesus expunha em seu diário, o quarto de despejo das cidades. A capital do estado, a famosa “manguetown” cantada nas letras de Chico Science e Nação Zumbi na década de 1990, permanece quase que intacta, uns com mais, outros com menos. Nos morros e favelas é certo, a polícia mata gente inocente, com exatidão, 109 vidas negras foram brutalmente interrompidas pela polícia pernambucana no ano de 2020, como apontam os dados da Rede de Observatórios de Segurança.

Fazer viver na desigualdade e deixar morrer é a escolha política que o Estado brasileiro impõe à juventude negra no Brasil. Ter sua existência e seu corpo marginalizado é uma regra. No geral, é fornecida poucas oportunidades a essa população, educação precária, mercado de trabalho precário, saúde precária, moradia precária. Os jovens negros se encontram cercados por pouquíssimas oportunidades, e em fim, quando consegue com muita dificuldade contornar as estatísticas e alcança um primeiro emprego, é alvejado com 111 tiros, sem ter a chance de defesa. Para os policiais, aqueles jovens não eram trabalhadores, estudantes, ou filhos de alguém, eram apenas corpos negros por isso deveriam ser exterminados. Por este motivo, Silvio Almeida (2019) afirma que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista,” assim, inúmeros policiais (inclusive negros) carregam em si o

ódio racial contra o povo preto, enxergam o negro enquanto inimigo e acabam executando essas vidas em nome do Estado.

Enquanto as instituições que regem este país, como o legislativo e o judiciário, continuar majoritariamente ocupada por corpos brancos, o racismo continuará sendo perpetuado, as leis servirão para aniquilar a vida de inúmeros inocentes, vidas continuarão sendo interrompidas de forma prematura e inúmeros casos julgados indevidamente vão permanecer resguardando apenas a vida do agente de estado. Ao se isentar de compreender que as diversas desigualdades que interferem na vivência do negro é derivada do racismo estrutural e institucional, ao negar a criação de políticas e meios de reparação para uma vida mais digna destinada à população negra, a barbárie e o descaso estatal reinará. É desesperador e revoltante que após um século da abolição da escravidão a comunidade negra ainda tenha que reunir forças para continuar reivindicando o básico, o direito à vida. Há quem diga, que o Brasil é o país do paraíso racial, mas para quem? Não haverá paz enquanto jovens negros permanecerem morrendo alvejados pelo Estado. Em conclusão, como aponta (NASCIMENTO, 2016, p. 155) “o fato concreto, nenhuma retórica acadêmica pode apagar: o negro no Brasil está sendo rapidamente liquidado nas malhas difusas, dissimuladas, sutis e paternalista do genocídio mais cruel dos nossos tempos.”

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, W.R; FILHO, W.F. Uma História do Negro no Brasil, Bahia: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALBUQUERQUE, A.C. **O corpo de Polícia Militar de Pernambuco: primórdios e consolidação no século XIX.** Congresso Internacional de História. Paraná, 2011.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** ed. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, J. A. A. **“Quando a polícia chega para matar, nós estamos praticamente mortos”:** **Discursos sobre genocídio da população negra no cenário de Recife-PE.** Dissertação(Doutorado em sociologia)- Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31007>.
- ANTUNES, F.O. **Processo de institucionalização de uma política de Segurança pública no estado de Pernambuco: o caso do pacto pela vida, a partir da Polícia Militar.** Dissertação(Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26250>

ARAÚJO, R.; ARGOLO, M.M. **Construções de gênero das mulheres/ mães negras no contexto da violência contra adolescentes e jovens**. Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC. Santa Catarina, 2017. <https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1910>

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, M.A.S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Dissertação (Doutorado em psicologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOTELHO, A; SCHWARCZ, L.M. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: claro enigma, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013

BRASIL, Rede de Observatórios de Segurança. **A vida resiste: além dos dados da violência**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/REDE-DE-OBS_2_A-VIDA-RESISTE-_ALEM-DOS-DADOS-DA-VIOLENCIA.pdf.

_____. Rede de Observatórios de Segurança. **A cor da violência policial: a bala não erra o alvo**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/A-Cor-da-Viole%CC%82ncia-Policial-A-Bala-Na%CC%83o-Erra-o-Alvo.pdf>.

_____. Rede de Observatórios de Segurança. **Infância interrompida: números da violência contra crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/07/Infancia-interrompida_numeros-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-1.pdf.

_____. Rede de Observatórios de Segurança. **Raio x das ações de policiamento**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/2022_raioxdasoperacoes4.pdf.

_____. Rede de Observatórios de Segurança. **Pele alvo: a cor da violência policial**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/RELATORIO_R EDE-DE-OBS_cor-da-violencia_dez21_final.pdf.

BRASIL, Fórum Brasileiro de Segurança. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 2020. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 13 abr. 2023.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidades de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. Anísio Garcez Homem. 1ª reimpressão. Letras Contemporâneas, 2010.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. À comissão Interamericana de Direitos Humanos. Brasil, 2020.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. **Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o serviço social**.

MADEIRA, M. Z. A. **Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista**. Argumentum, Vitória, v.9, n.1, p.21-31, jan./abr.2017.

DOI:<http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v9i1.15540>

MACÊDO, A.O. **“Polícia, quando quer, faz!” análise da estrutura de governança do “pacto pela vida” de Pernambuco**. Tese (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do negro brasileiro**. ed. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de Morte**. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. ed. São Paulo: perspectivas, 2016.

- NASCIMENTO, D.F. **O Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Polícia Militar de Pernambuco: o aparelhamento e a centralização das forças de repressão**. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p.117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.
- FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **O corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-224.
- GONZALEZ, Lélia, HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. Revista administração de empresas. V.35, n.3, p.20-29, mai/jun.1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2008.
- SANTOS, Rosenverck Estrela. **O marxismo e a questão racial no Brasil: Reflexões introdutórias**. Lutas sociais. São Paulo, V.19, n.34, p.100-113, jan/jun-2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25760>. Acesso em: 17 out. 2022.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2009.
- SOUZA, R.C; MORAIS, M.S.A. **Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2011.
- LÔBO, T.A.M. **Avaliação política do programa Pacto pela Vida e as interferências sobre a segurança pública em Pernambuco**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Coleção cadernos de boas práticas de gestão**. Volume V. Pacto pela Vida, Recife, 2014.

RAIMUNDO, V.J. **Violência do cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão.** Temporalis. Brasília, n.27, p.119-138, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7168/5842>.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.